



Anais da Assembléia

N.º 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1985

(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Amélia Hruschka.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (34). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antonio Annibelli, Airtton Cordeiro, Donato Gulin, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gemote Kirinus, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Roberto Requião, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Orlando Pessuti, Wilson Fortes e Fuad Nacli (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, em homenagem aos Deputados aqui presentes, requeiro verificação de quorum para aprovação da ata e prosseguimento da sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Presidência defere e solicita à Sra. Primeira Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

33 Srs. Deputados responderam à chamada.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

A Presidência irá proceder a verificação de votação da ata, atendendo solicitação do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação)

39 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — **Aprovada a ata.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 77/85.

Prop. 73/85

Curitiba, 03 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Terceiro Termo Aditivo datado de 08 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 78/85

Prop. 72/85

Curitiba, 03 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Sexto Termo Aditivo datado de 08 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- A Diretoria Legislativa

MENSAGEM 80/85

Curitiba, 08 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação do "Fundo de Apoio ao Desporto Amador - FADA", com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, tendo-se em conta que, com a geração de recursos oriundos do setor privado, incentivando a prática de esportes, sobretudo pela construção de canchas e centros esportivos, principalmente no interior do Estado, estar-se-á dando importante passo no sentido de ensinar maiores oportunidades à expressiva e talentosa população jovem de nossa terra.

Na anexa cópia autêntica do Ofício número 1352/84, firmado pelo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, estão contidos mais detalhados esclarecimentos sobre a necessidade e oportunidade da medida em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica criado o "FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR - FADA", com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria da Cultura e do Esporte - SECE.

Art. 2.º - O FADA será provido pelos recursos originados pelas Receitas detalhadas a seguir:

- a. Aluguéis diversos, taxas de vendedores ambulantes, de estacionamento de veículos e outras relacionadas com atividades exercidas no âmbito da área afeta ao Ginásio de Esportes do Tarumã;
- b. Rendas de Promoções Culturais e Desportivas, mantidas pela SECE;
- c. Auxílios, doações e legados que lhe forem atribuídos por pessoas físicas ou jurídicas, de Direito Público ou Privado, Nacionais ou Estrangeiras;
- d. Rendimentos de aplicações financeiras;
- e. Receitas oriundas de alienação de equipamentos ou materiais inservíveis, desde que, adquiridos com Recursos do FADA;
- f. Dotações que lhe forem atribuídas pelo Estado em seus orçamentos anuais;
- g. Outras Rendas Eventuais.

Art. 3.º - Os recursos a que se refere o artigo anterior,

serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado e mensalmente repassados pela Coordenação da Administração Financeira do Estado - CAFE, através do Banco do Estado do Paraná S/A, a crédito do FADA, em conta especial, sob a denominação "FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR", que será movimentada pelo seu Conselho Diretor, de acordo com a deliberação do mesmo, sob a forma de Resoluções, observada a Legislação vigente.

Art. 4.º - O Fundo de Apoio ao Desporto Amador - FADA, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, como Presidente nato, tendo como membros o Presidente do Conselho Regional de Desportos, o Chefe da Coordenadoria do Esporte, um representante indicado pelas Federações do Esporte Amador, o Chefe do Grupo Financeiro Setorial da Secretaria da Cultura e do Esporte, como seu Tesoureiro e por um representante da Secretaria das Finanças.

§ 1.º - Os membros que integram o Conselho Diretor do FADA, não perceberão remuneração e seus serviços serão considerados relevantes.

§ 2.º - No desenvolvimento de suas atividades o FADA, utilizará a estrutura organizacional da SECE.

Art. 5.º - O FADA utilizará seus recursos em Despesas Correntes e de Capital, exclusive Pessoal e Encargos Sociais, nos termos do disposto na Legislação Federal.

Art. 6.º - O Saldo Positivo do FADA, apurado em Balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 7.º - Contra a conta bancária mencionada no parágrafo único do art. 3.º, desta Lei, somente se admitirão saques mediante cheques assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro do Conselho Diretor do FADA.

Art. 8.º - O FADA é dotado de personalidade contábil, com escrituração geral e independente.

Art. 9.º - Da aplicação dos recursos do FADA, serão prestadas contas ao Tribunal de Contas do Estado até 31 de março do Exercício Financeiro seguinte, e às Secretarias das Finanças e do Planejamento nas datas e formas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 10 - O Poder Executivo, através de Decreto, em 60 dias, procederá a regulamentação da presente lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N.º 1352/84 - GAB.

Curitiba, 14 de setembro de 1984.

Senhor Governador:

É com honra que nos dirigimos a Vossa Excelência, para apresentar a inclusa Minuta de Anteprojeto de Lei que cria o Fundo Especial de Apoio ao Desporto Amador.

Tal Fundo encontra amparo no aproveitamento do potencial econômico do Ginásio de Esportes "Professor Almir Nelson de Almeida" - Tarumã, subordinado a esta Secretaria de Estado.

Utilizando-o para gerar recursos ao Estado, através de arrendamento de suas dependências para atividades desportivas, artísticas e culturais, propaganda e outras tantas fontes de renda, estaríamos formando um excelente foco de receitas

extraordinárias, para aplicação no desenvolvimento do desporto amador em nosso Estado.

Gerando recursos do setor privado, aplicaríamos em construção de canchas esportivas no interior do Estado, em auxílio a Federações e Clubes de desporto amador, em aquisição de material esportivo, em estudos e projetos visando a massificação do esporte e, ainda na própria manutenção do Ginásio Tarumã.

Sendo o que temos a apresentar à elevada apreciação de Vossa Excelência, esperando posterior envio de Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

(a) FERNANDO CHIGNONE

Secretário de Estado.

À Diretoria Legislativa.

EMENDA AO REQUERIMENTO Nº 397.

DE 08 DE ABRIL DE 1985

Senhor Presidente.

Em aditamento ao pedido de informações que ingressei nessa Mesa e considerando que o Senhor Líder do Governo verbalmente já prestou as informações constantes dos itens 1., 2., 3. do referido requerimento de informações REQUEIRO que o mesmo seja transformado em pedido de informações junto ao Tribunal de Contas do Estado que deve prestar as informações constantes dos itens 4, 5, 6 e 7 do pedido, juntando, em consequência todas as cópias dos documentos que instruem as prestações de contas das verbas da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, o adiamento por 03 (três) sessões, da discussão e votação para o Projeto de Lei nº 178/84, de minha autoria e constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CORINA RUELA DE POL GUSSO, ocorrido no último dia 7, nesta Capital.

A extinta deixa uma grande família e era muito querida por todos os entes queridos, inclusive por aqueles que tiveram o privilégio da sua amizade. Era uma mulher que dedicou a sua vida a fazer o bem ao próximo.

Solicito, outrossim, que a decisão desta Casa seja comunicada ao filho de Dona Corina, o médico Benito

Gusso, que reside nesta Capital, à Rua João Gava, 40 Parque São Lourenço.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ENES BARBOSA, ocorrido no último dia 3.

O extinto era pioneiro no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, onde possuía um vasto círculo de amigos.

Homem sério, ENES BARBOSA, dedicou a sua vida ao trabalho e a fazer o bem ao próximo. Seu desaparecimento causou muita tristeza e dor aos familiares e amigos que tiveram o privilégio de desfrutar da sua amizade ao longo de muitos anos.

REQUEIRO que a decisão desta Casa seja comunicada à família enlutada, através do filho Neivaldo Barbosa, residente à Rua Izaltino José Silvestre, 616, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos Legislativos um "VOTO DE CONGRATULAÇÃO", ao 1.º Encontro da União de Mulheres de Curitiba, realizado em 31 de março do corrente ano, na cidade de Curitiba.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento a Lúcia Santos, representante da União de Mulheres de Curitiba.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de regozijo pela eleição do empresário cascavelense Dimer Webber para a Governadoria do Distrito 473 do Rotary Internacional Club, gestão 1986/1987.

REQUER ainda que seja enviada cópia do presente expediente ao Rotary Club de Cascavel Centro e ao Governador eleito, Senhor Dimer Webber Rua Pio XII, 1733 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

É a primeira vez que Cascavel recebe a honraria de ter o Governador do Rotary Club, escolhido no seio de

sua sociedade representada pelo operoso Clube de Serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor MARCO MACIEL, Digníssimo Ministro de Estado da Educação e Cultura, bem como ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ CALIL RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a transformação Faculdade Ciências Econômicas de Apucarana para Universidade Estadual de Apucarana.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Nova República proclama que os brasileiros devem tomar a iniciativa no debate e na formação de propostas para a universidade democrática e autônoma e que é chegado o momento de colocar a questão Universidade na pauta da sociedade brasileira, rompendo-se o isolamento e saindo-se do espaço restrito dos gabinetes para alcançar os grandes diálogos com a sociedade.

O presente requerimento é uma resposta aos compromissos inadiáveis assumidos com o povo do Paraná no sentido da democratização do ensino superior.

Este requerimento está sustentado na efetiva contribuição que Apucarana e o Vale do Ivaí oferece ao Paraná e ao Brasil no setor sócio-econômico.

Ninguém desconhece que Apucarana, como cidade pólo da região norte, apresentou e apresenta elevado índice de desenvolvimento também nos setores cultural e educacional e o seu potencial desenvolvimentista requer, dos nossos governantes a criação desta tão importante Universidade. Estes são alguns argumentos que justificam plenamente a transformação da Fundação Faculdade Ciências Econômicas de Apucarana em Universidade Estadual.

Das propostas e dos compromissos assumidos pelo Governador José Richa e seus partidários, ora assumidos em palanques quando da sua campanha para o Governo do Estado, o povo jamais se esqueceu e agora através de seu representante vem respeitosamente pedir a criação desta tão sonhada Universidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a realização de estudos visando a implantação de um programa de fluoretação na rede de água existente na municipalidade de Fênix.

Mais do que nunca, nos dias de hoje, faz-se necessário a adoção de medidas que tenham como propósitos a eliminação de diversos problemas graves com relação à saúde de um modo geral do povo brasileiro.

Seguramente que dada a realidade por que passa a maioria da população, de estado de grandes carências, as modificações de tal quadro, exigiram também mudanças extremamente profundas.

No entanto, por outro lado, é possível, como forma de pelo menos minorar o estado debilitado da saúde de muitos, colocar em prática ações que possam trazer um resultado num menor tempo possível.

O programa de fluoretação junto a rede de água é algo extremamente importante. Pois, através dele, pode-se diminuir em grande parte os altos índices de dentes cariados que cada pessoa tem, face ao modo preventivo permitido pela fluoretação na água distribuída à população.

O Município de Fênix tem também, a exemplo do resto do Brasil, um índice altamente elevado de pessoas que possuem dentes cariados. Neste sentido, a implantação de um programa de fluoretação naquela cidade, sem dúvida alguma possibilitará não somente a redução do número de dentes cariados como também evitará o aparecimento dos mesmos, especialmente nas crianças.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO LYRA, digníssimo Ministro da Justiça, sugerindo-lhe que sejam procedidas, com urgência, reformulações na Legislação Penal vigente no País, bem como no Código de Execuções Penais.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, incrédulo, lê, na data de hoje, farto noticiário anunciado que o Juiz da 11.^a Vara Federal de São Paulo considerou desnecessária a prisão preventiva de Mário Garnero, rejeitando pedido formulado pelo Subprocurador da República Álvaro Augusto Ribeiro de Castro.

Aparentemente, o fato não teria maior repercussão caso não se tratasse de processo criminal em que estão envolvidos, além de Mário Garnero, também os demais co-participantes do escândalo do Grupo Brasilinvest, Arlindo Carvalho Pinto Neto, Antônio Pavese e Osmar Antônio Olivieri.

Quem assistiu a entrevista concedida pelo advogado dos réus às emissoras de televisão, poucos dias antes dessa decisão, não acreditava que os argumentos de defesa, aparentemente tão inconsistentes e até mesmo com ares de infantilidade, sem qualquer demérito para aquele causídico, fossem acolhidos.

Infelizmente, aquela argumentação encontra amparo legal, segundo o magistrado, pois, num País onde existe uma Lei "Fleury", encomendada para assegurar a impunidade de um criminoso só subserviente ao Governo da época, nada mais justo do que não decretar a prisão preventiva de um bando, ou grupo, que deu um golpe de bilhões de cruzeiros, da forma sórdida e cínica, em prejuízo

de incontáveis cidadãos brasileiros, conforme foi amplamente noticiado.

Não é de se acreditar que, pelo fato das apenações dos diversos delitos cometidos pelos réus, caso venham a ser condenados, conforme foi argumentado, NÃO CHEGAREM A QUATRO ANOS DE RECLUSÃO, o que lhes poderia ensejar o benefício da prisão albergue, uma decisão judicial possa conter a seguinte frase conclusiva:

**"HAVERIA ENTÃO UMA INCONSEQUÊNCIA:
OS RÉUS SERIAM PRESOS ANTES DE
CONDENADOS E . . . APÓS, FICARIAM
PRATICAMENTE EM LIBERDADE . . ."**

Ora, não pretendemos censurar o trabalho desenvolvido pela defesa nem o teor da decisão proferida pelo Magistrado da Justiça Federal, mas, como poderá a população brasileira receber, impassível, essa agressão moral amparada por uma legislação deficiente, já chamada de "entulho" pelo próprio titular da Pasta da Justiça?

Para quem não sabe, o grupo (ou bando) do Senhor Gamero é acusado de dar um golpe que beira a casa de UM TRILHÃO DE CRUZEIROS, inclusive usando de artifícios próprios dos mais reles vigaristas chegando a criar DEZENOVE EMPRESAS FANTASMAS, tais como "Usanal", "Kithara", "Kalanda", "Lumpuente", "Jodari", e outras mais, segundo consta de relatório em poder do Banco Central, com o inegável propósito de disfarçar a evasão ilícita de dinheiro do banco, pois, possuidoras de um capital de apenas um milhão de cruzeiros, tomavam empréstimos de 5, 8 ou até mesmo 13 bilhões, em operações sucessivas e fraudulentas, as quais atingiram um montante estimado de 200 BILHÕES DE CRUZEIROS!

Apesar desses fatos terem sido levados ao conhecimento da opinião pública, e do Poder Judiciário, a Nação está sendo agredida com este péssimo exemplo que pode ser tomado como incentivo à criminalidade.

Os paranaenses esperam certamente ao lado de todos os demais brasileiros, que a Nova República tome providências urgentes no tocante à legislação que rege a matéria.

A propósito, transcrevemos o que ainda resta do dispositivo que trata da prisão preventiva; em nosso Código de Processo Penal:

"Art. 312 - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a explicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes de sua autoria".

Estará a ordem pública garantida com tal legislação vigindo?

Acreditamos que a Nova República jamais poderá compactuar com o corrosivo processo de INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IMPUNIDADE que amedronta e torna inseguro todo o cidadão brasileiro!

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Assuntos Comunitários a realização de estudos objetivando a construção de um CENTRO SOCIAL URBANO, na Cidade de Jandaia do Sul.

A presente solicitação prende-se ao fato de que o Município de Jandaia do Sul, é dos municípios mais desenvolvidos do Estado, sendo cidade pólo da região do Vale do Ivaí, compreendida por cerca de 17 municípios e que, no presente momento é extremamente necessário a construção de um Centro Social Urbano, onde tanto a população urbana, como a rural, poderia usufruir do local, como também as populações dos municípios circunvizinhos também poderiam utilizá-lo, quando se fizessem necessários, pois Jandaia do Sul representa este pólo aglutinador de decisões.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores Municipais e ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhe a Regulamentação da Promoção dos Agentes de Segurança Pública por Méritos, vazada em critérios objetivos e concretos tais como; cursos procedimentos profissionais, tempo de serviço e outros critérios.

Tal solicitação prende-se ao fato de que até o presente momento não existe uma carreira funcional dos Agentes de Segurança, que os contemplem com promoções à carreira funcional dentro dos quadros da Polícia Civil.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Senhor VITEMBERG G. MENDES, Presidente da Associação dos Agentes de Segurança do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro CLAUS GERMER, solicitando-lhe a formação de uma comissão de sindicância para apurar os acontecimentos ocorridos com a distribuição de larvas contaminadas por vírus aos sericultores de Nova Esperança, distribuídas em 07/02/85, pelas empresas KANEBO SILK DO BRASIL S/A., e BRATAC S/A., ambas sediadas no Município de Nova Esperança. De um

total de 95 (noventa e cinco) produtores vitimados pelas larvas contaminadas 35 requerem indenização judicial, pois houve perda comprovada de pelo menos 50% de suas produções.

É importante salientar, e ao mesmo tempo reivindicar a absoluta ignorância ao cumprimento da Portaria n.º 291/80 do Ministério da Agricultura, cujo objetivo principal é que um agente do Ministério resida na cidade para acompanhamento e fiscalização da sanidade das larvas, para que fatos como estes não sejam uma constante.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Presidente e ao Secretário da Associação do Sericultores de Nova Esperança, os Senhores Geraldo Marchi, e o Doutor Alfredo Bordim, moradores à Rua XV de Novembro n.º 422.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Tancredo Neves e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pedro Simon, solicitando-lhes que na política de reformulação do nosso modelo agrícola à produtividade, especialmente àquela que é relacionada aos pequenos e médios proprietários rurais, que sejam desencadeadas medidas especiais que venham a penalizar a sistemática improdutividade agrícola, prática esta que prospera intimamente ligada à evolução desenfreada o centralista do latifúndio agrário nacional. Na realidade, medidas saneadoras precisam ser tomadas. E quando não apenas aos leigos, mas até mesmo a respeitável voz da Igreja estão clamando, pelo advento de uma Reforma Agrária, a mola da tributação rural poderá ser primeira a ser acionada em termos de um novo perfil agrícola brasileiro que precisa ser construído.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente eleito da República, solicitando-lhe que, através do MEC, na desfraldada bandeira da democracia sintetizada pelo imperativo MUDANÇAS - JÁ, ao mesmo tempo em que institucionalize a prática de Educação Sexual na Escola Brasileira, faça incluir um fecho à aberta poluição de nossos valores éticos e morais, ora conspurcados em prosa, verso, som, imagem e dentro da proposta de, em os fazendo súditos de todas as aberrações, taras, drogas e alcoolismo, alienar nossa geração da realidade social e econômica estrangulada e caótica ao redor, e cujo único processo de transformação passa fatalmente pelo estágio elementar

banimento de todas as formas de ópio com que o capitalismo selvagem tem buscado anestesiá-los nossos estudantes.

Por outro lado, sem trazer no bojo qualquer pretensão de sugerir que a Nova República venha a instituir o ciclo de moralismo rígido, formal e estéril, o presente requerimento objetiva a institucionalização da prática de Educação Sexual pela Escola Brasileira, até mesmo em nome da formação da liberdade responsável de nossa geração escolar que, à mercê da violência sexual que vem sendo disseminada sob o avassalador império da promiscuidade não apenas exposta em praças, ruas e avenidas, mas, filtrada inevitavelmente no espírito de nossas crianças e adolescentes, nem mesmo está dispondo de canais adequados que lhe possam viabilizar um conhecimento tranqüilo e normal de uma atividade sexual sadia.

É hora de desmistificar as várias formas de ópio que vêm atrelando nossas gerações jovens a um continuísmo de dependência doentia com relação aos enlatados alienantes que a tutela internacional nos propõe. E a noção de dignidade pessoal sempre correu solidária como eixo indispensável no processo de restauração sócio-política dos povos.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a destinação de móveis e utensílios para a Inspeção localizada na Municipalidade de Iretama.

A Inspeção Estadual de Ensino do Município de Iretama vem há muito tempo enfrentando problemas no que se refere às suas atividades internas, mais precisamente às burocráticas.

Neste sentido, a liberação de móveis e utensílios, especialmente armários, se faz necessário o mais breve possível, a fim de por fim aos transtornos vivenciados.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Fundação e Secretaria da Educação o imediato atendimento do que ora é reivindicado, dada a sua importância.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte sobre o córrego Bandeirantes do Sul, na estrada Bandeirantes, no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo edil Milton Soares e o constante no Ofício de n.º 23/85, da colenda Câmara Municipal de Paçandu, estamos reivindicando a construção da ponte em pauta.

A aludida ponte é utilizada por muitos sitiantes agricultores, que utilizam a mesma para escoação de suas safras, além de ser trajeto normal para a cidade à procura de utensílios e mercadorias necessárias à sobrevivência, inclusive medicamentos.

Quando de dias ensolarados, a mesma não oferece segurança por ser velha e pequena, oferecendo grande perigo aos transeuntes. Quando de dias chuvosos torna-se impossível, pois as águas passam por sobre a ponte, ficando praticamente soterrada, prejudicando sensivelmente moradores e safra do Distrito de Água Boa.

Anexo ao presente xerox do ofício a que nos referimos da Câmara Municipal de Paçandu, com maiores exposições.

Ofício n.º 23/85

JUSTIFICATIVA Paçandu, 28 de março de 1985.
EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO:

A Câmara Municipal de Paçandu, por iniciativa do vereador Milton Soares da Silva, aprovou pelos representantes do povo, Requerimento n.º 11/85, denunciando o estado lastimável e insuportável da ponte sobre o córrego Bandeirantes do Sul, na Estrada Bandeirantes, no Distrito de Água Boa.

A ponte é utilizada por muitos sitiantes agricultores, que usam da mesma para escoação de suas safras, além de ser trajeto normal, para irem até a cidade, à procura de utensílios e mercadorias que dependem para a sobrevivência, inclusive medicamentos.

Mas, a referida ponte não oferece tráfego constante, em dias chuvosos, as águas a ultrapassam e as cobre de terra, ficando praticamente soterrada. Em dias ensolarados já não é segura, visto ser pequena e velha, agora inundada, é impossível usá-la.

E com isto, os moradores e as safras são prejudicadas, pois se máquinas entram nos terrenos e após chove, estas ficam sem condições de sair, ficam presas. E com isto a retirada dos cereais, fica gravemente prejudicada.

Consertos paliativos, não resolvem o problema, pois já foram feitos, mas, a situação continua a mesma.

Diante do exposto, gostaríamos que Vossa Excelência entrasse em contacto com os Poderes Governamentais no sentido de conseguir a construção de uma nova ponte neste local, para eliminarmos esta imperdoável falha, no atendimento ao público, que paga pesados tributos, como prescrevem as leis federais, estaduais e municipais.

No aguardo de providências por Vossa Excelência, para conseguirmos solucionar este problema, renovamos expressões de estima e apreço.

SAUDAÇÕES CORDIAIS

(a) JOSÉ DE SOUZA ROCHA
Presidente

(a) ANÍSIO MARCONI

1.º Secretário

EXMO SENHOR
FERRARI JÚNIOR
DD DEPUTADO ESTADUAL
CURITIBA - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando uma listagem completa dos funcionários lotados no Gabinete daquela Pasta, bem como as funções exercidas e os salários percebidos individualmente.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá, pelas comemorações relativas ao seu Jubileu de Prata, no dia 2 de abril do corrente ano.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência, ao Professor OZIEL PRADO TAVARES, Diretor da Faculdade acima citada.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi solicitando a implantação de um Módulo Policial nas adjacências das Vilas Guilhermina, Kwasinski, Jardim Paraná, Vila Gusso e Conjunto Gralha Azul.

REQUER ainda, o envio de cópia à Câmara Municipal de Cascavel.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Freqüentemente os moradores das Vilas Guilhermina, Kwasinski, Jardim Paraná, Vila Gusso e Conjunto Gralha Azul, vêm sofrendo assaltos e arrombamentos em suas casas.

As vítimas nem sempre apresentam queixa à Polícia, face aos inúmeros acontecimentos em que solicitaram a presença de policiais e não foram atendidos.

Frente a esta situação, vê-se a necessidade da implantação do Módulo Policial para que estas pessoas tenham a segurança necessária em suas residências.

REQUERIMENTO

(a) RUBENS BUENO.

Senhor Presidente:

O Deputado José Antônio Fonseca, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, se digne Vossa Excelência enviar expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, pedindo-lhe a instalação de um POSTO DE SAÚDE na cidade de Missal.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1. a SAÚDE PÚBLICA se arrola entre os melhores investimentos de Governo, porque um povo sadio é um povo apto a cuidar do seu destino, e quanto maior for o grau de capacitação popular por si mesmo, tanto menor será o encargo de Governo, e tanto maior será o nível de CIVISMO e DESENVOLVIMENTO da Nação. E como este suporte é quase biológico, ele se insere no dever de governo de comprovar a sua VISÃO POLÍTICA, e por isso dispensaria a via postulatória. Mas, encaminhar as necessidades dos municípios dos quais temos mandato, faz parte dos nossos deveres de fiscalização da administração de Governo. Porque será a soma destas postulações que marcarão as posições de cada um no julgamento do Governo que o povo tem de proceder nas urnas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da construção de um módulo policial na Vila Guaíra, Municipalidade de Goioerê.

Na Vila Guaíra concentram-se um grande contingente de pessoas que desenvolvem muitas atividades profissionais nos centros de produção do Município de Goioerê. Esta mesma população, atualmente, tem feito diversas críticas quanto ao problema existente no setor de segurança pública. Segundo muitas pessoas, não existe a presença efetiva dos policiais de forma periódica na Vila.

Neste sentido, a presente reivindicação é no sentido de que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a liberação de recursos orçamentários capazes de permitir a construção de um módulo policial. Já que somente com uma unidade policial será possível garantir a proteção ao patrimônio e a ordem pública de um modo em geral.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, pedido de informações junto ao Departamento de Pessoal deste Poder Legislativo, contendo a relação de funcionários contratados em regime de CLT, cargos, salários e suas respectivas lotações, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro, a 31 de março do corrente ano, pela Administração Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Comunicação Social para que, observando o que dispõe o § 2.º do Artigo 20 da Constituição Estadual, preste os seguintes esclarecimentos a esta Assembléia, que, no exercício da sua missão fiscalizadora, interessa saber:

1. - Qual o custo total de produção dos programas de televisão sobre a administração José Calil Richa, apresentados em rede estadual de tv, na noite dos dias 28 e 19/03/85?
2. - Qual o custo total de gravação em fita magnética desses programas?
3. - A quem foi pago o custo total de produção?
4. - A quem foi pago o custo total de gravação?
5. - Qual o critério adotado para escolha de quem produziu esses programas?
6. - Qual o critério adotado para escolha de quem gravou em fita magnética esses programas?
7. - Houve tomada de preços, licitação ou concorrência para seleção do produtor ou produtores e gravador ou gravadores desses programas?
8. - Qual a origem para pagamento dessa produção e da gravação?
9. - Quantas reproduções foram feitas do original e qual o custo unitário de cada reprodução?
10. - Qual a participação de pessoal e material da Secretaria de Comunicação Social e de outros órgãos públicos ou vinculados ao Estado, utilizados na produção e gravação desses programas?
11. - Houve utilização de pessoal contratado por órgãos da administração indireta para a produção e a gravação desses programas?
12. - Qual o montante de despesas

pagas pela Secretaria de Comunicação Social e quaisquer outros órgãos da administração direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista, fundações, sociedades da qual o Estado do Paraná é acionista ou cotista, bancos oficiais ou qualquer outro órgão público que mantenha relações com o Estado e a quem foram pagas, informando-se o nome, CPF ou CGC, endereço residencial ou comercial, razão social e os respectivos registros cadastrais na Secretaria de Administração?

13. - Quais os números e os respectivos valores dos empenhos referentes a quaisquer despesas efetuadas pela Administração Pública com relação à produção, gravação, cópias em fitas magnética e veiculação desses programas?

14. - Quais as despesas efetuadas com pagamento de diárias, transporte, hospedagem, alimentação e locomoção das pessoas envolvidas na produção, gravação e apresentação desses programas?

15. - Qual o órgão público que custeou as despesas mencionadas no quesito anterior?

16. - Qual o custo total da veiculação desses dois programas de televisão, discriminando-se a quantia paga a cada empresa e o respectivo número de empenho.

17. - Qual a data de aprovação, pelo Conselho de Comunicação Social, das despesas referentes a esses programas?

18. - Quais os Conselheiros que estiveram presentes à reunião que aprovou essas despesas?

19. - Quem foi designado para coordenar os assuntos relacionados com a produção, gravação e a veiculação desses programas?

20. - Qual a autoridade que procedeu a designação desses coordenador?

21. - Quanto foi pago pelos cofres públicos ou pelos órgãos mencionados no quesito 12.º ao coordenador desses programas?

22. - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para produção desses programas?

23. - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para gravação ou reprodução desses programas?

24. - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para veiculação desses programas?

25. - Quais os critérios adotados para seleção da agência de que tratam os quesitos 22.º, 23.º e 24.º?

26. - Em quanto foi fixada a taxa de agência e qual o critério adotado para tanto?

27. - Em quanto importaram as despesas ou comissões pagas a essa agência, mencionando-se os valores,

números e datas dos respectivos empenhos.

28. - Quais são os registros cadastrais dessa agência na Secretaria de Administração?

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Apoiamento: Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Feita em Plenário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 37/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarado de utilidade pública o "Lar do Menor Dom Bosco de Campo Mourão", com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de acolher, amparar, assistir, orientar e educar a criança órfã e abandonada, foi criada em Campo Mourão, uma entidade assistencial de 1981, e desde então, vem cumprindo suas finalidades estatutárias.

A entidade que desejamos seja agraciada com o título de utilidade pública, está devidamente registrada sob o n.º 346, fls.173 e do Livro "A" do Cartório Privativo de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Mourão e os demais documentos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, estão anexados ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 38/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarado de utilidade pública estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cantu, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Ubitatã.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o nosso Estado uma potência agrícola no contexto nacional, e estando o Município de Nova Cantu perfeitamente enquadrado nesta realidade como uma

municipalidade essencialmente agrícola, com uma população rural que ultrapassa de longe a população urbana, está de parabéns o Senhor Alcides Bazuco, bem como o Prefeito Municipal, Walmick Pereira, por esta feliz iniciativa.

Alcides Bazuco, na qualidade de presidente daquele Sindicato, visa com a presente iniciativa, reconhecer o alto trabalho de cunho social que a entidade vem desenvolvendo, para melhor representar seus interesses junto às mais altas esferas administrativas e judiciárias, ou até na manutenção de serviços regulares exigidos para seus associados. Também, entre as diversas atividades do Sindicato, podemos aqui citar aquela de órgão técnico e consultivo do Estado, para o estudo e solução de problemas atinentes à categoria profissional que representa.

Diante do exposto, solicita o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Pares, para que possa ser reconhecido de utilidade pública estadual, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação.

PROJETO DE LEI N.º 39/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - As atividades dos despachantes junto ao DETRAN e demais órgãos públicos do Estado do Paraná, são regidas pelo disposto na presente Lei.

Art. 2.º - Fica revogada a Lei n.º 732 de 17 de outubro de 1951 e demais disposições em contrário.

CAPÍTULO I
DA CREDENCIAÇÃO

Art. 3.º - O provimento das funções de despachante será feito mediante concurso de provas e títulos.

Art. 4.º - O concurso supra referido será precedido de um curso a ser freqüentado pelos candidatos, com duração de 90 (noventa) horas e com um mínimo de 80% (oitenta por cento) de comparecimento pelo interessado.

Art. 5.º - Serão cadeiras obrigatórias no curso para despachante:

- a) legislação de trânsito;
- b) vistoria de veículos;
- c) registro e licenciamento de veículos;
- d) legislação da autarquia do DETRAN e sua regulamentação;
- e) prática do funcionamento interno do DETRAN; e
- f) instalação e funcionamento de escritório.

Art. 6.º - Os municípios terão seus despachantes credenciados pelo DETRAN, na

proporção de 1 (um) profissional para cada 4.000 (quatro mil) veículos registrados.

§ 1.º - Cada município terá um mínimo de 2 (dois) despachantes credenciados;

§ 2.º - Para que seja credenciado outro despachante é necessário que sejam completados 8.000 (oito mil) veículos no município.

Art. 7.º - São requisitos indispensáveis a inscrição no concurso para despachantes:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor;
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) apresentar laudo médico, expedido pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, comprobatório de sua sanidade física e mental;
- e) apresentar atestado de antecedentes criminais;
- f) apresentar comprovante de escolaridade do curso de 2.º Grau (antigo colegial) completo;
- g) apresentar certidão negativa dos Cartórios de Protestos de Títulos da Capital e, quando residente no interior, dos cartórios locais;
- h) apresentar certidões negativas da Vara de Execuções Criminais e do Distribuidor do Cível e Comércio, Falências e Concordatas quando domiciliado em Curitiba ou certidão negativa de Execuções Criminais e dos Cartórios Cíveis locais, se domiciliado no interior, relativos aos últimos dez anos da data da inscrição;

i) anexar ao pedido:

- 1 - fotocópia do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Secretaria da Receita Federal;
- 2 - 2 (duas) fotos 3x4, de frente, e uma 2x2 também de frente.

Art. 8.º - Aprovado no concurso, fica o candidato obrigado a:

- a) firmar termo de responsabilidade, garantido por caução no valor correspondente a 3 (três) vezes o maior valor de referência do País, em moeda corrente, em forma de caderneta de poupança, conta vinculada, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados aos órgãos públicos ou a terceiros;
- b) comprovar até 60 (sessenta) dias da publicação do resultado do concurso, prova de inscrição como segurado da Previdência Social (IAPAS);
- c) comprovar quitação da Contribuição Sindical a favor do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná do exercício em curso.

Art. 9.º - Com o pedido de inscrição no concurso para despachante, o candidato deverá indicar o município junto ao qual

funcionará, se credenciado.

Art. 10 - Não haverá remoção de despachante de um município para outro.

Art. 11 - Em caso de morte ou invalidez do despachante, assumirá a direção dos serviços a seu cargo, o cônjuge, devendo este submeter-se dentro de 6 (seis) meses, ao concurso previsto no Art. 3.º e demais dispositivos da presente Lei.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 12 - Ao despachante no Distrito Municipal para o qual foi credenciado compete:

- a) representar os interesses de seus clientes em processos de registro, licenciamento, transferências de propriedade e outros relativos a veículos automotores, reboques e semi-reboques;
- b) encaminhar, acompanhar o andamento e retirar processos que lhe forem confiados, inclusive os de natureza pessoal;
- c) requerer certidões para a instrução de processos em nome da parte interessada; e
- d) recolher, em nome dos seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos.

Art. 13 - O despachante poderá indicar, para credenciação, um auxiliar devidamente registrado em carteira, que poderá representá-lo em suas ausências eventuais.

§ 1.º - A credenciação do auxiliar será instruída pelo Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná e subscrita pelo Diretor do DETRAN;

§ 2.º - Os atos praticados pelo auxiliar no exercício de suas funções inclusive aqueles que resultem em prejuízos para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade do despachante titular que o indicou.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art. 14 - O despachante credenciado deverá:

- a) entrar no exercício de suas atividades profissionais no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do resultado do concurso em órgão oficial;
- b) manter a atividade em caráter permanente e efetivo;
- c) tratar com urbanidade, clientes e funcionários dos órgãos públicos;
- d) manter em rigorosa ordem o fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização de autoridade competente.
- e) estabelecer-se em local cujas instalações ofereçam condições de higiene e segurança exigidos por lei e que tenha espaço e aspecto compatível com a atividade exercida e com o órgão público representado;

f) fornecer a seu cliente comprovante do recebimento da documentação e dos valores que lhe forem confiados.

I - O comprovante supra citado, que deverá, quando for o caso, conter todas as características do veículo, terá validade por um dia útil após o que, será substituído por protocolo expedido pelo DETRAN;

g) pugnar pelo fiel cumprimento do Código Nacional de Trânsito respectivo regulamento e demais disposições regulamentares;

h) comunicar dentro de 24 (vinte e quatro) horas ao DETRAN, a dispensa do auxiliar credenciado e, no mesmo prazo, efetuar a devolução da respectiva credencial;

i) portar e exhibir, em lugar visível do vestuário, a credencial quando no exercício da função;

j) identificar os processos que encaminhar aos órgãos com carimbo onde conste o nome do despachante, número da Portaria que o credenciou, endereço e telefone do escritório; e

l) exercer sua atividade, exclusivamente, dentro da jurisdição para a qual foi credenciado.

CAPÍTULO IV

DAS PROIBIÇÕES

Art. 15 - É proibido ao despachante:

- a) delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer das atribuições definidas na presente Lei, ressalvado o contido no Art. 13 e seus parágrafos;
- b) manter conduta incompatível com o decoro da profissão;
- c) desempenhar cargo ou função pública, ou emprego em entidades da administração indireta, federal, estadual ou municipal;
- d) estabelecer escritório em mais de um local; e
- e) encaminhar, intermediar e/ou acompanhar candidatos à realização de exames e demais requisitos para a obtenção da primeira via ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.

CAPÍTULO V

DOS IMPEDIMENTOS E PENALIDADES

Art. 16 - Constitui impedimento para a credenciação de despachante, o parentesco até o terceiro grau, inclusive na linha de afinidade, com funcionário do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná, asseguradas as situações anteriores consolidadas.

Art. 17 - O despachante, pela infração de seus deveres profissionais, na esfera administrativa ficará sujeito as seguintes sanções:

- a) advertência;

b) suspensão de até 90 (noventa) dias;

e

c) cassação da credencial.

Parágrafo Único - A pena estabelecida na alínea "a" deste artigo, poderá ser aplicada pelo Chefe da Circunscrição de Trânsito e as alíneas "b" e "c", privativamente pelo Diretor do DETRAN, ouvido o Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná.

Art.18 - A pena de advertência será aplicada, por escrito, nos casos de infração de natureza leve aos dispositivos desta Lei.

Art.19 - A imposição das penas de suspensão e de cassação da credencial será precedida de sindicância.

§ 1.º - A sindicância será instaurada através de comissão composta por 3 (três) membros de alta hierarquia funcional, designada pelo Diretor do DETRAN e acompanhada necessariamente por um membro da Diretoria do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná;

§ 2.º - Instaurada a Sindicância, o despachante continuará exercendo sua atividade profissional até a final decisão do respectivo processo;

§ 3.º - Será assegurada ampla defesa ao acusado, mediante notificação prévia com prazo de 15 (quinze) dias, sendo facultada a juntada de documentos;

§ 4.º - O prazo para a conclusão da sindicância será de 30 (trinta) dias, contados da notificação do acusado, prorrogável pelo Diretor do DETRAN em no máximo 30 (trinta) dias.

Art.20 - Das decisões prolatadas pelo Chefe da Circunscrição, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Diretor do DETRAN e, das decisões deste, no prazo de 20 (vinte) dias, ao Secretário de Estado de Segurança Pública.

Art.21 - Perderá, ainda, a credencial o despachante que não cumprir o disposto nas alíneas "a" e "b" do Art.14 da presente Lei.

Art.22 - Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do DETRAN com o parecer prévio do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná.

Art.23 - O concurso e curso que se referem os artigos 3.º e 4.º respectivamente, serão realizados na Capital do Estado do Paraná e regulamentados pelo Diretor do DETRAN.

Art.24 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Art.1.º - O art.15 da Lei 4617, de 16/07/62 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.15 - O orçamento do Estado consignará, anualmente, IMPORTÂNCIA NUNCA INFERIOR A UM MÍNIMO DE 1% (UM POR CENTO) de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, que aguarda a aprovação desta Assembléia Legislativa, objetiva assegurar uma aplicação mais significativa da renda tributária do Estado, em favor do Instituto de Assistência ao Menor, na forma da Lei n.º 4617, que cria essa entidade autárquica "que tem por finalidade a formulação e a execução da política governamental de assistência ao menor".

Exatamente metade da população do nosso Estado tem menos de 18 anos.

Segundo as últimas informações do I.A.M., estão cadastrados 570.000 menores extremamente carentes, dos quais são atendidos através de convênio com instituições particulares e a FUNABEM, apenas 32.000. No orçamento previsto para 1985, ao I.A.M., serão destinados recursos de Cr\$ 24.891.000.000, o que representa 0,56% da renda tributária do Estado e não suprirá nem ao menos 6% das necessidades de atendimento registradas.

Esse imenso contingente de crianças abandonadas que perambulam pelas ruas, não constitui problema isolado, no contexto de injustiças sociais que sangram a Nação Brasileira, mas é preciso que se encare essa realidade criticamente.

É necessário que se ouse definir prioridades, que se invista imediatamente nessas crianças.

Cada momento de espera é irreversível.

Se não podemos solucionar a curto prazo, o estado de miséria, exploração e abandono em que se encontra nosso povo, também não podemos deixar essas crianças entregues à morte, à fome, à doença e à delinquência.

A criança não é auto-suficiente e na medida em que a família não tenha condições de cuidar dela, seja por qual motivo for, deve o Estado ampará-la.

E por ser de incontestável importância o presente plano de lei, que se fundamenta sobre a realidade insofismável do seu objetivo, e o acordo havido entre o Governo do Estado e os Parlamentares, quando a aplicação de 1% (um por cento) de aumento do ICM. E por ser do programa do nosso partido, promover a justiça social e

o amparo ao menor carente, confiamos na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O novo apelo, dirigimos ao Governador José Richa, para que apresse as providências visando as nomeações dos escrivães e dos agentes da Polícia concursados.

Eles estão desde o dia 20 de dezembro à espera do cumprimento da palavra que o Governador José Richa proferiu publicamente, na Escola de Polícia, pronunciamento e compromisso do Governador, que tiveram destaque em toda a imprensa do Paraná.

No entretanto, lamentavelmente, desde o dia 20 de dezembro, os escrivães e agentes que tiveram a felicidade de concursar, de cursar a Escola de Polícia, muitos deixando a família no interior, por algum tempo, muitos abandonando o próprio emprego, vieram para Curitiba, fizeram o curso, foram aprovados e, desde o dia 20 de dezembro eles aguardam com expectativa e num terrível sofrimento que o Governador libere essas nomeações.

Infelizmente, até agora, a palavra do Governador não foi cumprida, e o que é pior, os escrivães e agentes de polícia vieram acampar numa praça ao lado da Assembléia Legislativa no Centro Cívico, e ali estes têm recebido constantes ameaças da Polícia Militar, de serem até presos, de serem retirados até à força, daquele local onde eles se comportam com grande respeito, num clima de paz, de respeito às autoridades.

O que nos parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o espírito do General Cruz “está baixando em alguém” da Polícia Militar do Paraná. O maior especialista em proibir acampamento democrático e pacífico, neste País, era o General Cruz. Foi para a reserva, e parece que o seu espírito está encarnado em alguém, da Polícia Militar do Paraná, lamentavelmente.

Ainda pela imprensa nacional nós estamos vendo os funcionários do Banco Sulbrasileiro acampados na Praça dos Três Poderes, em Brasília, na porta do Palácio onde trabalha o Presidente da República e ninguém foi proibir este acampamento dos funcionários do Sulbrasileiro.

Mas aqui, em Curitiba, até parece que o General Cruz foi transferido para cá, porque os escrivães e agentes de polícia estão calmos, se comportando com todo respeito, com toda a dignidade e sofrem constantes ameaças de repressão por parte da polícia.

O que eles querem é a nomeação. No momento em que sair a nomeação, cada um vai assumir o seu emprego, vai trabalhar na segurança do nosso povo. E é sabido que a Secretaria da Segurança está com falta de homens. O próprio Secretário tem dito que o aumento de criminalidade, de violência, de roubos, de assaltos, no Paraná, é por falta de um contingente maior de homens na Polícia Civil do Paraná.

Então, está aí a razão maior para que esta nomeação saia imediatamente; um direito adquirido pelos agentes e escrivães que cursaram a Escola de Polícia, que foram aprovados, e que estão, portanto, habilitados a este emprego.

O nosso desejo é que o Governador José Richa cumpra imediatamente o que prometeu. Que não venha Sua Excelência o Governador, alegar falta de verba, porque o Governo do Paraná hoje é um dos mais privilegiados do Brasil, em termos de dinheiro em caixa. Um dos Estados

onde mais se arrecada é o nosso Paraná. O Governador tem recurso, tem dinheiro e ele tem que cumprir a palavra que assumiu com os escrivães e com os agentes.

Muito obrigado.—(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Segundo orador inscrito, Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente e Deputados. Para que conste dos Anais da Assembléia vamos ler um artigo intitulado “FALANDO SÉRIO”, da lavra do Sr. SILVIO DEBASTIANI, ligado à televisão Canal 6. (Lê):

UM ALERTA AO PODER LEGISLATIVO

“Está tramitando na Assembléia Legislativa do Paraná, uma proposta de emenda à Constituição Estadual sob n.º 24/85, modificando o artigo 11 que atualmente diz: “Não perde o mandato, o deputado investido na função de Ministro do Estado, Secretário de Estado ou prefeito da Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares”.

A modificação entra após “prefeito da Capital”: — Ou para exercer o cargo junto à administração direta ou indireta da União, do Estado, ou Município. Assim deputado estadual poderá exercer cargos nas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Aprovada esta emenda constitucional e promulgada pelo presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, cremos que poderá pelo Presidente da República, ser a mesma suspensão por decreto.

A Constituição é da República Federativa do Brasil e é dominante, e, em seu artigo 10, diz claramente que “a União não intervirá nos Estados, salvo para”: continuando no item VII diz “exigir a observância dos seguintes princípios”: acrescentando na letra “g” o seguinte: “proibição ao deputado estadual da prática de ato ou do exercício de cargo, função ou emprego mencionados nos itens I e II do artigo 34, salvo a função de secretário de Estado”.

Nos itens I e II do artigo 34, fica claro que os deputados estaduais não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerados nas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público, como deseja a emenda à Constituição Estadual, acima citada.

Esse é nosso pensamento, que falamos aqui a título de alerta, pois aprovada poderá até provocar uma intervenção federal. Nosso objetivo é este, pois não sabemos a quem é dirigido esta emenda, quem será o deputado agraciado, com essa iniciativa”.

Feito o registro, gostaria de ler a justificativa de uma alteração da Lei n.º 4.617, de 16/7/62, que criou o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR no Estado do Paraná.

Art. 1.º — o art. 15 da Lei n.º 4.617, de 16/7/62 passa a vigorar com a seguinte redação: (Lê):

“Art. 15 — O Orçamento do Estado consignará, anualmente, IMPORTÂNCIA NUNCA INFERIOR A UM MÍNIMO DE 1% (POR CENTO) de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, que aguarda a aprovação desta Assembléia Legislativa, objetiva assegurar uma aplicação mais significativa da renda tributária do Estado, em favor do Instituto de Assistência ao Menor, na forma da Lei n.º 4617, que cria essa entidade autárquica "que tem por finalidade a formulação e a execução da política governamental de assistência ao menor".

Exatamente metade da população do nosso Estado tem menos de 18 anos. Segundo as últimas informações do I.A.M., estão cadastrados 570.000 menores extremamente carentes, dos quais são atendidos através de convênio com instituições particulares e a FUNABEM, apenas 32.000. No Orçamento previsto para 1.985, ao I.A.M., serão destinados recursos de Cr\$ 24.891.000.000, o que representa 0,56% da renda tributária do Estado e não suprirá nem ao menos 6% das necessidades de atendimento registradas.

Esse imenso contingente de crianças abandonadas que perambulam pelas ruas, não constituem problema isolado, no contexto de injustiças sociais que sangram a Nação brasileira, mas é preciso que se encare essa realidade criticamente.

É necessário que se ouse definir prioridades, que se invista imediatamente nessas crianças.

Cada momento de espera é irreversível.

Se não podemos solucionar a curto prazo, o estado de miséria, exploração e abandono em que se encontra nosso povo, também não podemos deixar essas crianças entregues à morte, à fome, à doença e à delinquência.

A criança não é auto-suficiente e na medida em que a família não tenha condições de cuidar dela, seja por qual motivo for, deve o Estado ampará-la.

E por ser de incontestável importância o presente plano de lei, que se fundamenta sobre a realidade insofismável do seu objetivo, e o acordo havido entre o Governo do Estado e os Parlamentares, quanto à aplicação de 1% (um por cento) de aumento do ICM. E por ser do programa do nosso partido, promover a justiça social e o amparo ao menor carente, confiamos na sua aprovação.

Era só, Senhor Presidente.

Assume a Presidência o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Em Arapongas, uma empresa genuinamente brasileira, de capital nacional, enfrenta, mais uma vez, o ataque direto de multinacionais, aliadas a inescrupulosos interesses menores nacionais.

A NORTOX AGRO QUÍMICA S./A., estabelecida na região há trinta e um anos, está sofrendo a investida da multinacional DU PONT DO BRASIL S./A., aliada à CENTRALSUL - CENTRAL DE COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL S./A., que por sua vez, mantém contrato com a DEFENSA S./A. indústria de defensivos agrícolas, testa de ferro da estatal israelense KOOR CHEMICALS, que pretende, a todo custo produzir a TRIFLURALINA, transferindo, desta maneira, parte do fornecimento às mãos de multinacionais.

A empresa araponguense é a única empresa genuinamente

nacional na produção de defensivos para uso agrícola e luta, já há vários anos, contra a ação nefasta das multinacionais que pretendem açabancar o mercado.

Como é do conhecimento de todos, a CENTRALSUL está envolvida, no denunciado escândalo do BNCC, objeto de várias reportagens nos maiores jornais do País, bem como de análise criteriosa no livro "VIVA A CORRUPÇÃO", do jornalista FRANCISCO DE OLIVEIRA.

É claro que a sobrevivência econômica e sua atuação efetiva no mercado de defensivos agrícolas, por uma empresa nacional, não interessa à voracidade das multinacionais que, em conluio com mercenários nacionais, buscam, de todas as maneiras, lícitas e ilícitas, destruí-la.

Usam de seu poderio econômico, compram, subornam, ameaçam, corrompem, fazem de tudo para esmagar a iniciativa nacional e transferir a autonomia brasileira para a dependência internacional.

É a verdadeira luta do pequeno David - sub-nutrido e sem as facilidades internacionais - contra o todo poderoso golias - alimentado por enormes verbas em dólares.

É nossa obrigação denunciar este estado de coisas, para tentar, com a palavra, evitar mais este avanço das multinacionais.

É nosso dever proteger o capital nacional, as iniciativas brasileiras de pesquisas, que objetivam livrar o País da dependência estrangeira.

A NORTOX é uma empresa brasileira. Feita por brasileiros.

Tem condições técnicas e produtivas, para atender a totalidade do consumo brasileiro dos herbicidas: trifluralina, diuron e glifosato.

Nada justifica uma intromissão de multinacional no setor, a não ser o puro interesse financeiro que, entendo, não é o interesse do Brasil.

Quero, também, cobrar uma postura de nossas autoridades, com relação à questão.

A Empresa NORTOX, mais uma vez ameaçada, endereçou telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, denunciando os fatos e pedindo, inclusive, a intervenção da Polícia Federal, para evitar mais um possível escândalo de dimensões nacionais.

Para que fique registrado nos Anais desta Casa, permito-me proceder a leitura do telex em questão:

Excelentíssimo Senhor
Ministro Fernando Lyra.

NORTOX AGRO QUÍMICA S./A., Empresa brasileira com sede em Arapongas, Estado do Paraná, vem pela presente solicitar a Vossa Excelência medidas policiais e judiciais urgentes, pelos fatos que passa a expor:

A NORTOX é, na prática, a última empresa genuinamente nacional na produção de defensivos para uso agrícola. Estabelecida há trinta e um anos no Paraná, fabrica hoje três importantes herbicidas: trifluralina foi aprovado pelo CDI - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, em 1976, a seguir financiada pelo BNDE - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO está dimensionado para atender a totalidade do consumo brasileiro desse herbicida.

Ocorre que nos últimos quinze dias nossa empresa foi informada telefonicamente pela filial da firma estrangeira, DU-PONT DO BRASIL S./A., estabelecida em ALPHAVILLE, município de BARUERI, ESTADO DE SÃO PAULO, da

de decisão dessa empresa de entrar no mercado de trifluralina com sua própria marca, obtendo o produto da CENTRALSUL - CENTRAL DE COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL LTDA., mediante contrato de industrialização com a DEFENSA S./A. - INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, firma esta criada mediante um conluio entre a CENTRALSUL e a empresa estatal israelense KOOR CHEMICALS.

Nosso pedido de intervenção da Polícia Federal, se justifica a fim de evitar uma grande estrutura empresarial e financeira como a DU-PONT encontre meios e modos de receptor produtos gerados por uma estrutura já sabidamente corrupta e fraudulenta. Dirigimo-nos diretamente a Vossa Excelência, Senhor Ministro, porque a Polícia Federal no Rio Grande do Sul, desde 1982 tem conhecimento e promove investigações na CENTRALSUL mas de seus inquéritos nunca resultaram providências, o que incentiva a empresa do porte da DU-PONT a confiar na impunidade, encetando novos negócios sabidamente viciados em sua origem.

A unidade fabril das DEFENSA S./A., foi construída com dinheiro desviado da Cooperativa, usa tecnologia contrabandeada, opera com máquinas e equipamentos importados e fraudulentamente desviados da Cooperativa; está ainda implicada em vultuoso desvio de divisas no exterior. Nessas condições, qualquer empresa que opera com tal estrutura industrial, o que realmente procura é aproveitar-se de coisas mal havidas. Equivaleria a mancomunar-se na prática de todos os ilícitos acima referidos. Através desse procedimento, a empresa estrangeira fatalmente desativará a empresa nacional remanescente.

O que se conhece no caso BNCC/CENTRALSUL indica o maior rombo da história do Brasil não só quanto ao montante desviado como também ao número de implicados. Confessadamente declarou-se que foram desviados para o exterior, em contas clandestinas, mais de 300 milhões de dólares e o total das fraudes e desvios são da ordem de 3 a 4 trilhões de cruzeiros. E, no entanto, ninguém foi preso ou teve seus bens bloqueados por essas razões.

Estamos enviando um memorial em que os fatos acima denunciados serão esclarecidos e documentados para que Vossa Excelência encontre apoio para tomar as providências que o caso requer, como é desejo da grande maioria dos brasileiros.

Cordiais saudações,
NORTOX AGRO QUÍMICA S./A.
OSMAR AMARAL
Diretor-Presidente".

Pelo que se vê, nobres Deputados, a situação é bastante séria e cabe a nós, parlamentares, a denúncia dos fatos e a cobrança de soluções, de nossas autoridades.

Estamos defendendo os interesses nacionais, o capital brasileiro, contra a fome voraz das multinacionais e dos inescrupulosos pseudos "nacionalistas".

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Durante a semana que passou, mantive encontro com o Superintendente Regional do INPS no Paraná, Doutor

Roberto Correia Alves, apelando no sentido de que sejam envidados esforços para acelerar o pagamento da complementação de benefícios de pensão, através de meios da União, a que têm direito as viúvas e demais dependentes de ex-beneficiários da Rede Ferroviária Federal S.A.

As primeiras relações de complementação de recursos, inclusive já se encontram na Agência do INPS, em Ponta Grossa, e estabeleceu o pagamento à 163 viúvas e demais dependentes, mas cujos contemplados ainda estão aguardando a liberação desse numerário, para atender despesas de ordem pessoal e familiar.

O reduzido número de servidores da Previdência, no setor de manutenção de benefícios na Agência local do INPS, o acúmulo de serviços e as dificuldades desse tipo de cálculos, para efetivação dos pagamentos em questão, impõem a previsão de atendimento somente para os meses de maio e junho, o que implicaria na redução ainda maior do poder aquisitivo desses valores aguardados, diante do ritmo inflacionário atual.

Na impossibilidade daquela Regional alocar pessoal adicional para auxiliar na elaboração dos cálculos exigidos para o pagamento do referido benefício, é preciso verificar do meio de remuneração de horas extras aos servidores locais do setor de manutenção de serviços, uma vez, que os mesmos estão dispostos a trabalhar à noite e finais de semana para o efetivo atendimento dos interessados.

O Superintendente Regional do INPS, imediatamente recomendou à Dona Ana Maria Romão, Coordenadora de Manutenção de Benefícios daquela Regional, para buscar junto à Agência do INPS, em Ponta Grossa, e em acordo com aqueles servidores da Previdência, a forma de atender essa reivindicação, acelerando portanto, os cálculos dos valores e imprimindo maior rapidez nos pagamentos aos beneficiários da Rede Ferroviária Federal.

Essa boa vontade dos servidores da Previdência que sob a orientação do Senhor Eraldo Medeiros, chefe de Serviços de Seguros Sociais e do Senhor Edilson Figuerôa, responsável pelo Setor de Manutenção de Serviços em Ponta Grossa, deve ser destacada, pois, estão envidando esforços, a despeito das dificuldades apresentadas, para atender a antecipação dos pagamentos dos benefícios para o mês em curso, vindo assim ao encontro dos interesses da família ferroviária pontagrossense.

Vale lembrar, porém, que a liberação desse tipo especial de benefícios, e em razão do grande número de contemplados, implica sempre, pelas razões expostas, em um considerável acréscimo de serviços aos órgãos competentes da Previdência.

Da mesma forma, quando do pagamento da aposentadoria dupla com que foram contemplados por direito os ex-funcionários da Rede Ferroviária Federal S./A., o acúmulo de serviços provocados nos órgãos pagadores da Previdência, somente foi vencido em prazo satisfatório, em virtude da maratona de trabalho a que se submeteram, solidariamente, esses servidores previdenciários.

Assim é necessário que esse aporte de pessoal adicional ou de remuneração de horas extras, sejam previstos pela Previdência, a fim de não se exigir, demasiadamente, de seus servidores, e nem se estender em seus balcões, o tempo para pagamento de benefícios, que acarretaram, na Justiça, pela demora, enorme dose de paciência e de espera, de parte dos contemplados".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor

Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

No último mês de dezembro nós tivemos o privilégio de comparecer à formatura de mais de quinhentos jovens, moças e rapazes, que estavam sendo qualificados pela eficiente Escola da Polícia Civil. Qualificados para o exercício da função de Escrivão da Polícia e de Agente de Segurança. Prestaram concurso, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, e fizeram uma preparação longa para que pudessem, no exercício da função trabalhar em defesa da segurança tão exigida nos dias de hoje pela sociedade a qual pertencemos.

Entretanto, já se passaram mais de noventa dias e esses jovens estão aguardando a assinatura do decreto já elaborado e que se encontra no gabinete do Secretário - Euclides Scalco - do Governo do Estado. E, até hoje, Sua Excelência o Senhor Governador José Richa não se dignou a assinar o decreto que permite a nomeação destes jovens, que ao longo de tantos dias, aguardam com angústia e incerteza, o aproveitamento da sua potencialidade funcional no exercício da função para a qual se prepararam na Escola da Polícia Civil.

E eu quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazer "quorum" ao pronunciamento do eminente colega Deputado Antônio Belinati, em defesa dos direitos legítimos desses cidadãos que se prestaram concurso, foi porque havia a promessa da Secretaria da Segurança do Estado, o aproveitamento imediato destes profissionais.

Mas, como o tempo passa e nenhuma medida é tomada em defesa dos interesses legítimos e dos direitos adquiridos desses jovens, não podíamos ficar calados, mormente porque sentimos que é na área da Segurança Pública, onde existe o maior clamor da sociedade paranaense. E, não entendemos porque o Governo está alardeando que sua Secretaria das Finanças, a cada mês que passa, bate recordes de arrecadação, venha a afirmar que o não aproveitamento desses cidadãos, agentes de segurança e escrivães de polícia, o aproveitamento não se dá porque não há dotação orçamentária.

Mas, como é que nós poderemos conceber tamanha imprudência de se preparar um concurso, de se oferecer condições de qualificação para tantos jovens e deixá-los à mercê da espera que angustia não só a eles, mas também a toda a família.

Por isto, é que neste momento, nobre Presidente, nós voltamos à tribuna para fazer um apelo ao sentimento do Governador José Richa, para que ele o quanto antes assine o decreto para que esses jovens, moços e rapazes em número superior a 500, possam exercer a função para a qual estão preparados e oferecer ao Paraná a segurança que a sociedade reclama, deseja e quer.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Nestes dias de abril, há vinte e um anos atrás, impunha-se à Nação um golpe militar que traria consequências trágicas para os brasileiros. Interrompeu-se a normalidade política do País, depondo-se o Governo constitucional para inaugurar o longo ciclo de autoritarismo, as duas décadas infames da vida nacional, marcadas pela máxima opressão do nosso povo em um regime que destruiu as instituições democráticas.

Foi uma amarga experiência. Com prejuízos evidentes em todos os aspectos da vida da Nação. Experiência que começamos a superar com o advento da Nova República, e que jamais devemos esquecer. Desse amargo pesadelo, de seus resultados funestos, devemos tirar as lições que ajudem a impedir que este País, este povo volte a experimentar o arbítrio e a violência como instrumentos que asseguram os interesses menores, muitas vezes escusos, dos que assaltaram o poder e permitiram a rapina de nossas riquezas.

Na encruzilhada de 1964, a sociedade brasileira se defrontava com problemas crônicos estruturais, até hoje não resolvidos. Dificuldades que se arrastavam há décadas, e cuja transposição era impraticável nos Quadros da Constituição liberal de 1946. Esta já não permitia saídas para os problemas econômicos e políticos criados por uma nova realidade social.

As saídas viáveis implicavam o transbordamento do liberalismo constitucional. Seja pelas forças democráticas, populares e nacionalistas, que propunham um conjunto de reformas, chamadas de base. Seja pelas forças conservadoras, com o seu projeto de modernização sem prejuízo de seus privilégios.

O golpe militar quebrou o impasse em favor dos setores conservadores. A continuidade do processo democrático, era perceptível; determinaria a vitória das forças que representavam a imensa maioria da Nação. Ganhava corpo o apoio às reformas estruturais de base; a reforma agrária, para distribuir terras, assistência técnica e financeira aos agricultores que poderiam torná-las produtivas. A reforma bancária para atualizar uma organização de crédito e financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do País. A reforma educacional, a reforma tributária, as limitações ao capital estrangeiro, pela regulamentação da remessa de lucros ao exterior; e uma reforma institucional que começava pela reforma eleitoral, com o objetivo de democratizar ao máximo o processo eletivo em todos os níveis.

As reformas de base, de certa forma ainda necessárias, tinham um caráter modernizador de nosso incipiente sistema capitalista. Mas, tocariam em interesses e privilégios que nossas elites conservadoras não admitiam perder. O País foi, desde então, inundado por uma intensa campanha que, sem outra argumentação plausível, anunciava os riscos do comunismo, da desordem, da anarquia, para desestabilizar o governo constitucional.

Destacaram-se, nessa campanha preparatória do golpe militar, os mesmos núcleos do reacionarismo estreitamente vinculados com os interesses do capital estrangeiro, e que há quase duas décadas vinham tentando assumir o poder. Desde 1946, essas forças, respaldadas pelo latifúndio improdutivo, tentaram articular manifestações de força, como os episódios de Aragarças e Jacareacanga, impedir a posse de Presidentes eleitos, como Jucelino Kubitschek e o próprio João Goulart. Forçar a deposição de outros,

pressionando na crise que levou Vargas ao suicídio, a outra crise que culminou com a demissão do treloucado Jânio Quadros, que chegou a ser sua própria liderança, e, por fim, aquartelada contra João Goulart. A ampla mobilização popular, a campanha pela reforma agrária e as bandeiras do nacionalismo cresciam em todo o País, em todos os setores, provocando, inclusive, quebras da hierarquia militar. O País, como hoje, ansiava por mudanças que significassem a ampliação da democracia, da justiça social e do progresso econômico nos marcos da soberania. Mas, não estava amadurecida a unidade das forças progressistas que teriam de emprestar seu respaldo ao Governo, facilitando a obra de uma subversão direitista, alimentada com prodigalidade de dólares e de uma intensa difamação no campo internacional, pelo imperialismo norte-americano, principal aliado dos conservadores nesse golpe.

Da mesma forma que interviu em todos os países latino-americanos para assegurar seus interesses, produzindo a série de Governos ditatoriais que varreram a democracia do continente, consolidando o poder de grupos dominantes, adversos às reformas sociais. Desta aliança, entre o imperialismo norte-americano e as oligarquias e agrupamentos políticos conservadores, surgiram os regimes militares destinados a sufocar os movimentos populares na América Latina e em outras partes do mundo. Desse casamento nasceram nossos Governos militares, o General Videla na Argentina, Pinochet no Chile, e sustenta, entre outros, Stroessner no Paraguai.

SOB A TUTELA DAS ARMAS

Para realizar seu projeto econômico e social, o golpe de 1964 não instalou apenas um governo militar caracterizado pela origem do seu Presidente, Castelo Branco. Tratou de estabelecer um amplo e profundo processo de militarização do conjunto do Estado brasileiro. Houve, antes de mais nada, a militarização do Executivo. Além dos ministérios militares, gradativamente outros órgãos vão sendo ocupados por dirigentes fardados; os Ministérios do Interior, Comunicações e Previdência Social, além do poderoso SNI e da Secretaria de controle das estatais, órgãos públicos e autarquias. Passam aos ministérios que atuam no campo social. E mesmo nos ministérios ocupados por civis, a implantação de divisões de segurança e informações, subordinadas ao SNI, transformou os ministros em funcionários tutelados. Pouco a pouco, expandem-se os tentáculos da dominação militar sobre todos os organismos, sobre todos os aspectos da vida brasileira.

Agigantam-se os órgãos da repressão e controle da atividade política e social. Ao mesmo tempo que vai concentrando todos os poderes nas mãos de Governo Central, este amplia sua capacidade de controlar tudo, através da malha repressiva. É a comunidade de informações, onde chegam a trabalhar cerca de trezentas mil pessoas. Uma estrutura comandada do seu topo pelo SNI, que mantinha em seus arquivos duzentos e cinquenta mil nomes devidamente investigados. Os Poderes Legislativo e do Judiciário também passam às mãos desse Executivo forte, moldado na doutrina da segurança nacional, onde não havia lugar para o exercício da política em termos

democráticos. A sociedade devia ser tutelada. Foram usurpadas as funções de elaboração e fiscalização do orçamento nacional através de decretos-leis e outras medidas. Para dar idéia da atrofia do Legislativo nesse período, basta mencionar que, das 2.575 leis sancionadas pelos Presidentes militares, somente 590 tiveram origem no Congresso, enquanto 1.956 foram elaboradas pelo Executivo.

O País já não tem leis. A Constituição, na prática, foi derrogada. Os Governos militares impõem sua legalidade de atos institucionais, atos complementares, decretos-leis, para todos as necessidades de sua atuação, cassando mandatos, intervindo em sindicatos, tomando proscritas organizações, populares limitando ao máximo as liberdades de organização, expressão e manifestação da sociedade. O Ato Institucional n.º 5, mais acabado monstro jurídico elaborado pelos Governos militares, permitiu poderes quase absolutos ao Executivo.

E, mesmo após a sua extinção, restou a faculdade de decretar "medidas de emergência", "estados de emergência" e "estados de sítio". A Lei de Segurança Nacional pôs nas mãos do Executivo as leis de greve e de imprensa, a iniciativa de abrir créditos e fixar vencimentos, passando para a Justiça Militar os acusados de crimes contra o regime. O Judiciário sofreu profundo esvaziamento, culminando com a suspensão das garantias da magistratura.

Os descontentes políticos foram perseguidos, levados ao exílio (cerca de dez mil pessoas), perfazendo um total de seis milhões de votos cassados. Os sindicatos sofreram intervenções. A ação da censura promoveu a mais longa noite da história brasileira, chegando ao absurdo de qualificar de "pornográfica" a peça "A Megera Domada", de Shakespeare.

O regime militar não mediu esforços para calar a imprensa. A informação foi duramente controlada, inicialmente por oficiais das Forças Armadas e, depois, por delegados da Polícia Federal. Entre 1969 e 1978, apenas, mais de 500 proibições chegaram aos meios de comunicação, impedindo a divulgação de fatos, pronunciamentos, especialmente relacionados com as denúncias de torturas e escândalos administrativos e quaisquer notícias sobre os métodos da sucessão presidencial que poderiam evidenciar os problemas internos do regime.

As forças armadas foram utilizadas contra todas as manifestações de insatisfação ou de simples ação reivindicatória. Investiram contra operários, estudantes, camponeses e intelectuais. Tomaram fábricas, ocuparam campus de universidades, levaram a violência ao extremo, no aniquilamento de resistências ao regime.

As instituições políticas foram destruídas ou aviltadas. Num decreto, o regime determinou a extinção de todos os partidos políticos, instituindo o bipartidarismo, numa tentativa de manter sobre a base autoritária uma farsa democrática durante controlada. ARENA, para reunir todos os políticos que aderiram ao poder militar e a ele se dispuseram a servir; MDB, para as lideranças que poderiam realizar uma oposição consentida, que sempre que ultrapassada nos limites dispostos pelo regime, era punida com a truculência das cassações, ou com o simples fechamento do Congresso, para dar lugar a atos arbitrários, emitidos pelo General de plantão na Presidência da República.

Atos que serviram, também, para determinar contínuas mudanças nas regras do jogo político-eleitoral, de forma a garantir, sempre, a maioria cômoda e subserviente beneficiada pelos casuísmos.

O País, na verdade, transformou-se num imenso acampamento militar regido pelas leis de ocasião e, principalmente, pelo arbítrio e prepotência fardados.

A QUE PROJETO SERVIU ESTE REGIME MILITAR?

Hoje, são nítidos os seus compromissos. A máxima opressão serviu para impor um modelo econômico e social voltado exclusivamente para os interesses do capital estrangeiro, do latifúndio e das multinacionais. Suas primeiras iniciativas são a abertura do País à exploração estrangeira, liberando a remessa de lucros. Ao mesmo tempo, um violento arrocho salarial sobre os trabalhadores, esmagando as entidades sindicais e populares, impedindo manifestações contra o empobrecimento constante da população.

O crescimento que houve no País, e que chegou a ser anunciado como "milagre", se fez sobre uma estrutura atrasada que funciona somente quando nela se injeta capital estrangeiro e, contraditoriamente, volta sua atividade para a obtenção de dólares para o pagamento da dívida externa, provocada em si mesma por essa busca desenfreada e dependente do capital internacional. O segredo do milagre é simples: a perda da soberania nacional. O entusiasmo com um crescimento econômico que significou a evasão de nossas riquezas, a rapina, o motim do imperialismo sobre o País. "Milagre" que durou pouco e nos custou muito. E que tinha entre seus estímulos um aspecto profundamente trágico. O compromisso de manter reduzidos os salários dos trabalhadores, para permitir o máximo de lucros às multinacionais e às empresas brasileiras dependentes desse capitalismo que nos engoliu as entranhas.

É evidente que houve crescimento econômico. E todos lembram do Senhor Delfim Neto alardeando suas proezas. Justificando o arrocho, afirmando que primeiro era preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo. O bolo cresceu, mas foi expropriado pelo imperialismo e pelas pequenas camadas beneficiárias da entrega do País.

A contratação desse processo é nítida no panorama social brasileiro. O modelo do "milagre" provocou o crescimento da fome e da miséria do povo; a renda concentrada nas mãos do capital monopolista estrangeiro e do latifúndio principalmente, deixou apenas migalhas para a absoluta maioria do povo brasileiro: cerca de 75 por cento da população é obrigada a viver com menos de dois salários-mínimos, o que, sabemos, é insuficiente para as necessidades básicas de alimentação, vestuário e habitação. Sem pensar em educação, cultura, lazer, que, no Brasil, ainda são considerados luxos para o povo. Há quarenta milhões de brasileiros, um terço da população, vivendo na mais absoluta miséria. Migrando de um canto para outro, em busca da oportunidade de sobrevivência.

Um país rico de povo vivendo na miséria. Todas as atividades econômicas do País foram ajustadas ao projeto de internacionalização de nossa economia. A agricultura cedeu todos os seus espaços à produção intensiva de bens para a exportação, substituindo as áreas de cultivo para a subsistência por novos produtos como o soja. Numa ocupação absolutamente irracional de nosso território, em exploração que não respeitou qualquer princípio de preservação, dissipando nossos recursos.

O projeto imperialista foi claro na exposição da trilateral. A desnacionalização de nossa indústria e a transformação de nossa agricultura em produtora de bens exportáveis. Com a injeção constante de capital estrangeiro que gerou um mecanismo constante de exploração financeira: a dívida externa, hoje calculada em mais de cem bilhões de dólares, sobre os

sangria constante do País.

quais pagamos juros e taxas de serviços que representam uma

Parcela desses recursos serviram aos projetos faraônicos dos Governos militares, às obras superdimensionadas que um dia justificaram a idéia de uma potência emergente, de um Brasil figurando entre as principais nações capitalistas, e que, na verdade, tinham o caráter de construção da infra-estrutura necessária à expansão dos interesses estrangeiros aqui dentro. Do faraonismo restaram monumentos à incapacidades, à dilapidação dos recursos públicos, ao entreguismo sem limites.

A IMPUNIDADE E A CORRUPÇÃO

Outro traço veio marcar o regime militar nesses vinte e um anos: a impunibilidade, o exercício constante da força, o impedimento da crítica e da atividade oposicionista, como em todos os Governos ditatoriais, serviu também para encobrir um processo de corrupção sem precedentes na história republicana.

Os tecnoburocratas instalados no poder a serviço do Governo militar demonstraram, nesse terreno, sua principal vocação e eficiência.

O que lhes faltava em capacidade para administrar os interesses públicos em favor da maioria, sobrava em talento para administrar causas próprias e seus interesses privados. A mancha da corrupção se estendeu por todas as áreas. Com os Poderes Legislativo e Judiciário praticamente desarmados como instrumentos de fiscalização e punição, a corrupção e os desmandos aumentam. As decisões mais importantes passaram a ser da competência exclusiva de um número muito pequeno de militares, políticos e técnicos. E foi na fase de maior repressão, de maior censura à imprensa e de propaganda mais intensiva do ufanismo militarista, que a corrupção grassou.

Nesse período, fiscalizar os governantes, desconfiar deles, exigir prestações de contas e apontar erros e abusos, podia ser considerado crime contra a segurança nacional. O período Médici caracterizou-se pela truculência. O Congresso foi impedido de instalar as CPIs necessárias à investigação de irregularidades. Um decreto do Executivo determinou o máximo de cinco comissões de inquérito funcionando ao mesmo tempo e com limitações imensas. O caso de Alencar Furtado é exemplar. Sua cassação deveu-se, entre outras razões, à sua corajosa atividade na CPI das multinacionais.

Bastou que a oposição democrática conquistasse algum espaço de contestação, para que viesse à tona a estrutura apodrecida do regime. Os casos de corrupção foram tantos que basta lembrar alguns nomes para caracterizar o mar de lama em que o regime militar afundou o País. Os casos Coroa Brastel, Delfin, polonetas, Baumgarten, Capemi, tornaram público que, sob a capa de austeridade, havia muito de podre no reino dos generais.

A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Tamanha iniquidade imposta à Nação não se realizou sem a resistência patriótica e democráticas dos brasileiros. Imediatamente após o golpe de 1964, iniciou-se a reação a esse regime. E, embora toda a violência aplicada contra os democratas e contra a sociedade, o regime não conseguiu extinguir a oposição.

A repressão chegou a níveis que institucionalizaram a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos. Quem não lembra o pretenso suicídio do Jornalista Wladimir Herzog, nos porões do DOI-CODI? Da chacina da Lapa, em São Paulo, com o assassinato de vários dirigentes de partido proscrito? E o

acidente de trabalho no Rio-Centro, onde uma equipe de oficial e sargento pretendiam explodir um bomba durante uma apresentação de show musical, arriscando a vida de milhares de pessoas ali presentes? Os atentados terroristas contra a OAB, sedes de jornais, bancas de revistas?

A história de repressão é longa e trágica. E ainda está para ser contada, com todos os quadros do terror perpetrado pelos órgãos de repressão, que tinham absoluta autonomia para praticar todas as barbaridades que considerassem necessárias para aplacar o movimento oposicionista.

Ao mesmo tempo, o regime impunha uma intensa propaganda de seus feitos, ufanista, de caráter fascista, do tipo "BRASIL, AME-O OU DEIXE-O", para encobrir sua verdadeira obra macraba. Quantas foram as vítimas dessa cruzada contra o povo? Milhares.

Mas, nada conseguiu impedir a resistência heróica do povo brasileiro. O regime foi se vendo forçado a progredir em reformas para destampar a pressão sobre a ditadura. A sociedade estava farta do abuso autoritário. Da incapacidade do regime de responder às suas mínimas expectativas. Em 1974, em eleições que marcaram o isolamento cada vez maior do regime, as oposições democráticas tiveram vitórias significativas. Os brasileiros declararam, nas urnas, que pretendiam o fim da situação que lhes impunha opressão e miséria crescente.

O MDB transforma-se, de oposição limitada, em estuário dos votos oposicionistas, crescendo de forma impressionante e assustadora para os generais que pretendiam se perpetuar no poder. A reação não se fez esperar. Numa atitude que caracterizaria o regime na sua tentativa de burlar o avanço democrático, o Presidente Ernesto Geisel, da arma de infantaria, fecha o congresso e, sob a alegação de edição de um decreto reformado o Judiciário, impõe uma série de mudanças para tentar evitar derrotas futuras. É o "pacote de abril", criando senadores biônicos, modificando a representação parlamentar dos Estados para favorecer as áreas mais atrasadas, coibindo a propaganda política pelos meios de comunicação, através da Lei Falcão. Um conjunto de medidas que não foi suficiente, embora sua arbitrariedade, para retirar da opinião pública a crescente tomada de consciência que se manifestava pelo desejo de respeito aos direitos civis, à vigência das liberdades democráticas mínimas, o fim da ação repressiva, anistia para todos os atingidos pelo regime. E um processo crescente de reivindicações por melhores condições de vida e trabalho.

O PMDB continuou a ser vitorioso nas urnas. A sociedade, pouco a pouco, foi restaurando a sua teia organizativa, ampliando sua luta em todos os terrenos. No ABC, greves e mobilizações operários de uma magnitude que bem retratava o quanto estava represado pela repressão o desejo de manifestação dos operários. Um processo que se alastra por todo o País, revitalizando o movimento sindical que, na prática, vai quebrando as barreiras de uma legislação coercitiva, que permite ao Governo intervir em sindicatos, declarar greves ilegais, cassar dirigentes.

As leis do arbítrio, sem os instrumentos de repressão, vão se constituindo em letra morta. A sociedade avança, célere, pelos caminhos da conquista de redemocratização, obrigando o regime a ensaiar um movimento de distensão para sobreviver. Impondo novas regras ao Colégio Eleitoral espúrio, que retira ao cidadão o direito de votar diretamente. O Governo Geisel ainda fez o seu sucessor e, talvez prevendo a impossibilidade de repetir o feito, o regime militar estende o mandato presidencial para seis anos.

ULTRAPASSANDO OS LIMITES DA DISTENSÃO

Já não havia condições de suportar a pressão popular, o Governo se obriga a conceder a anistia, a controlar os focos da direita que insistem no terrorismo contra os democratas. O Governo Figueiredo começou com a tentativa de compensar a perda de instrumentos opressivos pela conquista de uma popularidade que, imaginava, viria pelos meios de uma campanha publicitária eficiente, a campanha do João.

A mesma arrogância que levou o regime a tutelar a sociedade durante tanto tempo, lhe dava a certeza de que seria fácil granjear a simpatia social. Um engano que só os ditadores cometem. O povo, senhores, tem um senso crítico bem mais aperfeiçoado que imaginam os profissionais da manipulação da opinião pública.

A primeira resposta Figueiredo colheu em Florianópolis, com uma manifestação estudantil e de trabalhadores, que marcou seu início de governo. Milhares de pessoas vaiando, apupando, demonstrando que, para a sociedade, Figueiredo, tanto quanto os governos militares anteriores, era ilegítimo e profundamente desprezado pela opinião pública.

Desde então, em cenas e oportunidades diferentes, o episódio se repetiu à exaustão. O Governo Figueiredo, simbólico do regime militar em todos os seus aspectos mais condenáveis, especialmente pelos escândalos de corrupção que amargou, não seria aceito em sua imagem popularisca, demagógica, do "bom João".

Não havendo governar contra uma oposição ferrenhamente unida e combativa, pretendeu o regime dividi-la, estabelecendo novas regras de organização partidária que apenas mantiveram o artificialismo. Surgiram novos partidos. E, logo depois, a legislação absurda que não lhes permitia a coalizão. A resposta das oposições foi a incorporação do PP ao PMDB, para as eleições de 1982. E, mais que isto, a compreensão da sociedade brasileira, de que se tratava de uma eleição plebiscitária, onde era importante optar contra e quem poderia vencer. O PMDB saiu vitorioso dessas eleições, impondo uma derrota decisiva ao regime militar e preparando o terreno para a derrota definitiva do arbítrio.

A crise econômica, social e política aprofundou-se a tal ponto que já não era possível qualquer convivência com seus principais responsáveis. Os brasileiros estavam fartos. Em todos os setores da sociedade, era visível a insatisfação. Multiplicaram-se as manifestações de repúdio, numa fermentação incrível das aspirações de mudanças.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — Já concederei o aparte a Vossa Excelência. Estou concluindo. Prossigo:

O ESTUÁRIO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO: A CAMPANHA DAS DIRETAS

Mudar. Este, o desejo único que reuniu todos os brasileiros na maior campanha cívica que já se conheceu na história brasileira. Toda a sociedade se integrou num único movimento, certa de que suas reivindicações próprias dependiam antes de tudo, da completa redemocratização do País. E passou a reivindicar um direito básico da democracia: a eleição direta.

para a Presidência da República. O poder, enfim, só teria legitimidade se respaldado no desejo popular. Expresso pelo voto.

Todas as instituições e entidades do movimento social passaram à tarefa de mobilização de um povo que já estava disposto, com coragem marcante, a ir às praças públicas reclamar o direito de participar. Participar para mudar, para por fim ao regime autoritário. Os partidos de oposição, a Igreja, a OAB, o empresariado, os sindicatos próprios, os agricultores, os bóias-frias, as minorias sociais, puseram esta reivindicação acima de suas expectativas próprias.

Os comícios pelas eleições diretas foram as maiores manifestações de massa que a sociedade brasileira já produziu. Comícios de milhares, de mais de um milhão. Uma pressão inédita sobre um Congresso montado segundo os modelos do regime. Para modificar um quadro institucional em favor da democracia.

O Governo militar, os tecnoburocratas, o que restou de poder e interesses em torno de um regime em completa decomposição, ensaiaram a última resistência às mudanças. E viu-se que o Congresso Nacional, as cúpulas da representação política nacional, não correspondiam às manifestações do quadro social. Todas as elites conservadoras se reuniram, num momento, para impedir que o processo de democratização se fizesse pela participação do povo através do voto direto.

As eleições diretas não passaram em duas votações no Congresso. Manteve-se o sistema espúrio do Colégio Eleitoral. Mas, já tinha avançado tanto o processo político manifesto na sociedade, que provocou profundas dissensões no interior do próprio governo militar, decretando sua desagregação final.

Impedidas de marcharem ao poder pelo voto, que expressaria a vontade social de mudanças, as oposições decidiram se apresentar ao Colégio. Não mais na forma de um anti-candidato, como o foram Euler Bentes Monteiro e Ulysses Guimarães, mas com um candidato único das oposições, Tancredo Neves, capaz de reunir em torno de sua figura todas as áreas indispostas com o projeto de continuidade do regime militar.

Formou-se, então, no quadro político brasileiro, uma nova polarização. De um lado, a oposição democrática, com ganhos constantes de apoiantes de lideranças que abandonavam o barco derrotado do regime, para se incorporar à campanha pela eleição de um candidato indicado pelas oposições. O regime, na escolha do seu candidato, foi extremamente coerente com toda a sua trajetória política. O senhor Paulo Salim Maluf, por tudo o que representou na vida pública, manchada de escândalos de corrupção e irregularidades administrativas, não poderia ser melhor representante do regime que o produziu em seu último ensaio de sobrevivência.

E soube congregar, em torno de sua liderança, a mais pura expressão dos resistentes defensores do regime. Que, a essa altura, já eram poucos. Indispostos com o caráter da candidatura malufista, deixaram o PDS dezenas de parlamentares, que se organizaram no Partido da Frente Liberal, com o compromisso de contribuir para a mudança democrática, reunindo apoio a Tancredo Neves. Estaria decretado o fim do regime militar, que sofreu sua última derrota ferido por um instrumento que cuidou de criar para se defender, o próprio Colégio Eleitoral.

TANCREDO NEVES E OS COMPROMISSOS DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao evitar as eleições diretas, o regime, na verdade, beneficiou os setores mais conservadores que se integraram à frente de oposições. Nesse contexto, seu apoio cresceu em importância, permitindo-lhes espaços maiores que aqueles que adviriam da expressão da vontade popular. As elites armam sua sobrevivência pelos caminhos que evitam o povo e sua vontade.

Sabemos disto. Mas, sabemos também, que será impossível frustrar as expectativas sociais. O povo brasileiro continua desejando mudanças. E o Presidente Tancredo Neves, assumiu compromissos, ao lado do PMDB e de toda a Aliança Democrática, de cumprí-las. Foi o candidato certo, que, pelos seus méritos e experiência, colocou-se acima dos demais, granjeando a confiança política dos conservadores ao outro ponto do outro espectro oposicionista. Sua enfermidade, lamentada por todos os brasileiros, demonstra o grau de esperança que a nossa sociedade deposita nesse líder que teve uma vida voltada para a afirmação da democracia.

O Brasil enfrenta um grave momento. Não terá facilidade para superar os desafios que lhe foram impostos pela herança trágica do regime que expirou. A Nação vive um quadro de desolação e esperança ao mesmo tempo. O País é humilhado pela ingerência externa através do FMI, a dívida com os credores internacionais é praticamente impagável, a inflação dispara a mais de 200 por cento ao ano. A política de recessão impôs pesados ônus em todas as atividades econômicas, com graves reflexos sociais, medidos no desemprego e na miséria crescentes.

O PMDB já apontou o caminho que acredita ser o único para a recuperação do País. A retomada do desenvolvimento econômico com base nas prioridades da Nação, a suspensão do pagamento da dívida externa e, no campo político, a mais ampla liberdade de organização e participação, a extinção de todas as leis e instrumentos do arbítrio e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, são os principais elementos deste projeto. Nele se incluem a necessidade de reformas estruturais que permitam um reajustamento da vida econômica e social, começando pela reforma agrária, tão protelada pelos conservadores, que modifique o sistema de propriedade da terra, com medidas concretas em defesa do pequeno e médio produtor, crédito, subsídios aos preços e prioridade no mercado interno, garantindo a produção de alimentos necessários à população e não à exportação. Não dispensa, também, um plano de emergência para resolver necessidades urgentes dos trabalhadores, premidos pelo arrocho e pela opressão.

A garantia dessas medidas está nas mãos dos setores populares e democráticos do PMDB que, nas recentes mobilizações da histórica campanha pelas diretas e, logo após, na candidatura vitoriosa de Tancredo Neves, deram uma resposta vibrante à crise provocada pelos militares, aos escândalos de corrupção e negociações que comprometeram a soberania do País, ao terrorismo e violência patrocinados pelo Governo e às mordomias e abusos ao longo desses vinte e um anos.

São respostas, principalmente, à pretensão de continuismo desse regime ou de seus pares, na perspectiva de mudanças profundas que alterem o quadro político, econômico e social em favor da maioria do povo. Desses compromissos, o

PMDB autêntico não se afastará. E denunciará qualquer atitude que implique em perspectiva de continuidade das políticas, dos hábitos, dos métodos que caracterizam o regime anterior. Comp o fez o Governador José Richa, quando viu ameaçado o verdadeiro caminho do novo governo. Esta é a tarefa dos oposicionistas comprometidos com a democracia desde o primeiro instante da ditadura militar que infelicitou a pátria nesses vinte e um anos. E deste rumo não se afastará para trilhar qualquer perspectiva do interesse de elites embarcadas na Nova República e que continuam a agir e decidir contra o povo. Nós continuaremos ao lado do grande movimento que poderá realmente mudar a face desta Nação: o de seu povo sofrido, farto de que decidam à sua revelia."

Neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o PMDB começa, por todo Brasil, uma campanha pelas eleições diretas já, nas Capitais dos Estados, porque este é um compromisso programático do nosso Partido. E tão logo comecem a mobilização pelas eleições diretas nas Capitais, o PMDB haverá de começar também, a mobilização pela Assembleia Nacional Constituinte.

Outra grande bandeira que ninguém, jamais, em tempo algum, na Nova República poderá dizer de que o PMDB embarcou nesta bandeira, porque ela, desde o primeiro instante, foi defendida com unhas e dentes pelo Partido da Oposição.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, julgamos importante registrar no momento em que ocorreu, exatamente em que ocorreram vinte e um anos de regime militar, de regime autoritário, que o povo foi impedido de escolher os seus Governos, e de que agora, com a promessa dos novos governantes de trilharem um novo caminho, de abrirem a possibilidade do povo eleger os seus governantes fazemos e julgamos importante registrar nos Anais desta Assembleia, para que a história nos cobre o que foi e o que deverá ser a nossa luta.

Se enganam aqueles que acreditam de que o PMDB embarcará com este Governo se ele fraudar compromissos assumidos em praça pública.

O Governo Federal, na verdade, traumatizado pela doença do nosso Presidente, haverá de, em tempo hábil e necessário, retomar esta esperança que é entusiasmante no povo brasileiro, na figura de um homem, que apesar de eleito pelo Colégio Eleitoral, hoje, temos a certeza, se constitui no grande Líder desta Nação, principalmente porque vem do seio da sociedade civil e não vem impertigado, não vem autoritário, não vem fardado, mas vem com o traje, com o traço, com a simpatia e com o calor da população brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel- Encantado Deputado, só que Vossa Excelência ao se referir

ao ex-presidente Geisel, esqueceu, talvez por um lapso, ou pelo seu entusiasmo que todos nós achamos, em Tancredo Neves um grande Líder Brasileiro, Vossa Excelência falou tanto, e sabe muito melhor do que eu, que entende da política e da manipulação dos Deputados da Bancada de Vossa Excelência, que Geisel, José Sarney, Aureliano Chaves foram os grandes aliados de Vossas Excelências.

Como pode Vossa Excelência neste instante vir a uma tribuna e repudiar os seus amigos de ontem, Deputado, Presidente que eu respeito. Nós não podemos Senhor Deputado, esquecer que Geisel com o seu tacho de germânico ajudou a cassar Alencar Furtado, e vem Vossa Excelência esquecer-se de dizer que Geisel e o complexo americano co-responsáveis pela derrota do grande brasileiro Paulo Maluf, que até hoje nada provaram, a não ser, Deputado, meu amigo, Presidente, a fantasia da imprensa dirigida pelo Poder Americano. Sabe bem, Vossa Excelência, que eu o respeito, mas Vossa Excelência pecou, Senhor Presidente, ao dizer e ao omitir que Geisel foi um grande manipulador, o grande manipulador, da vitória do ilustre brasileiro, Tancredo Neves, que eu tive a oportunidade de estar com ele no PTB de Getúlio Vargas.

Vossa Excelência sabe que o sobrinho dele é o continuísta. Vossa Excelência sabe que não deveria ter omitido a aliança espúria com José Sarney, a aliança espúria com os homens que tiveram da malfadada revolução que Vossa Excelência tanto critica e nós aqui não podemos omitir, Senhor Deputado...

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Fiori Luiz)

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu concluirei.

Só quero dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que o respeito é mútuo, e que a partir de hoje, o meu respeito ainda é maior, porque Vossa Excelência passa a ter a coragem de criticar Geisel. Só lamento que na hora em que Vossa Excelência deveria fazer, não o fez; mas, seja bem vindo para que...

O Sr. Gabriel Manoel- Os Anais estão aí, Deputado, veja.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz)- No Horário da Liderança, Deputado Paulo Furiati, por oito minutos e vinte e três segundos.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados: Nós temos recebido dos prefeitos do interior, inumeras

reclamações contra a condução do programa de saúde no Estado do Paraná.

Efetivamente, nas visitas que temos feito pelo Estado inteiro, são várias as reclamações da forma como o atual Secretário da Saúde, o Senhor Luiz Cordoni Júnior, conduz aquela Secretaria.

Não existe uma presença de um programa de saúde à altura do Governo do PMDB, no Estado do Paraná, um programa de saúde que esteja presente em todos os instantes, em todos os momentos, no atendimento da comunidade, e para não dizerem que falamos, aqui, de generalidades, vou relatar um episódio ocorrido em Antônio Olímpio, em que a Secretaria da Saúde iria e vai realizar uma determinada obra:

A população reuniu-se, solicitou um determinado local em que lhe é mais fácil o acesso, à determinada obra; por força de uma minoria, houve um impasse e o Senhor Secretário da Saúde então fez uma proposta de consultar a população, para saber onde aquela obra deveria ser realizada; esta semana soubemos que, autoritariamente a obra vai ser realizada onde o Secretário assim deseja, sem absolutamente dar nenhum cumprimento, e nem a palavra que ele havia dado, de fazer essa consulta.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao invés de possuir funcionários lotados no Gabinete, mas que estão no Interior do Estado sem fazerem absolutamente nada pela saúde do povo, o Senhor Secretário deveria estar mais preocupado com a condução do real interesse da população do Paraná, porque qualquer recurso gasto com funcionário que não esteja trabalhando no Programa de Saúde, é recurso do bolso do povo, e portanto, deve ser devolvido!

Estou encaminhando um requerimento à Mesa, solicitando a relação de todos os funcionários do Gabinete do Senhor Secretário, remuneração individual, porque nós do PMDB não podemos perder a capacidade da crítica porque, se não, nós iremos repetir o que acontecia no passado; e nós que criticávamos no passado, não podemos deixar de, todos os dias à toda hora, fiscalizar o andamento do Governo do Estado.

O Sr. Fiori Luiz- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Essa denúncia, nobre Deputado Paulo Furiatti, prova que os Parlamentares do PMDB não acobertam os fatos mesmo quando esses fatos implicam em alerta ou até denúncia - como - Vossa Excelência o faz - a Secretários do nosso mesmo Partido.

O Senhor Governador, que é tão zeloso no aspecto da moralidade pública, precisa realmente tomar providências em cima da denúncia que Vossa Excelência faz da tribuna que, muitas vezes, determinados Secretários de Estado cuidam muito mais, de interesses políticos pessoais ou de

grupos, do que das necessidades do povo. Aliás, ontem, na reunião do Governador com os Secretários, que terminou por volta de 23,00 horas, o Governador foi muito claro ao dizer que, este Estado tem um Líder, e tem comando. Está certo o Governador José Richa ao betar na mesa, pois muita gente que está no Governo parece que esqueceu que ainda faltam dois anos para terminar o mandato do atual Governador, já é hora de o Governador promover algumas mudanças radicais na sua equipe de trabalho, porque tem muita gente trabalhando isoladamente, esquecendo do conjunto, do Governo, e do Partido, e nós que sempre criticamos, no passado, não podemos silenciar, sabemos que existem Secretários excelentes, mais existem alguns que já deveriam ter sido substituídos, há muito tempo, e inclusive determinados órgãos do nosso Governo já merecendo certa sindicância, em função de certas denúncias sobre muita coisa errada que está ocorrendo em determinados órgãos do Estado.

Então, parabéns, Deputado, pela sua coragem ao promover denúncias nesta tribuna!

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradecendo o aparte do ilustre Deputado Paulo Furiatti que me concede a honra de apartear-lo, gostaria de mencionar, ilustre Deputado que, enquanto nós víamos, outro dia, o atual Ministro da Saúde falar do esfacelamento, como vem sendo tratado o problema da Saúde, no Brasil, nesses poucos mais de dois anos, que o Senhor Luiz Cordoni está à frente da Secretaria da Saúde não vimos, na realidade, nenhuma invasão administrativa nesse setor, não sentimos que esse Secretário tenha realmente consciência plena do que realmente é uma Secretaria da Saúde num Estado com tantos problemas nesse setor. E eu ficava alegre por ouvir, e sentir que o atual Ministro da Saúde da Nova República realmente é um homem com conhecimento de causa dos problemas da Saúde, no Brasil. E Vossa Excelência dizia da Nova República, realmente é um homem com conhecimento de causa dos problemas de saúde, no Brasil e Vossa Excelência dizia que o atual Secretário da Saúde não está à altura do Governo do PMDB e eu gostaria de acrescentar, também não está à altura do programa do PMDB, porque o PMDB tem um programa, elaborado, inclusive a nível nacional quando trata, com muita seriedade, o problema da saúde no Brasil e eu acredito que se o Secretário da Saúde se espelhasse pelo menos no programa do partido, melhor Secretário seria.

E ao mesmo tempo devo parabenizar Vossa Excelência pela gravíssima denúncia que faz com relação a funcionário que se

desloca da Secretaria da Saúde, para o interior do Estado, sem função definida, sem fazer absolutamente nada.

Isto é da maior seriedade, da maior gravidade, porque caracteriza uma ocupação dos dinheiros públicos por parte da convivência do Secretário de Saúde para com funcionários seus.

Eu acredito que a sua denúncia terá eco e o Governador José Richa que tem pautado a sua conduta, exatamente por mandar averiguar denúncias dessa gravidade, tomará as providências devidas. Espero em Deus e espero também em Deus que este Secretário de Saúde ponha realmente a mão na consciência e procure se atualizar, pelo menos, com o Ministro da Saúde da Nova República que nos pareceu um homem muito sério e competente, ao contrário do nosso Secretário da Saúde no Paraná.

O SR. PAULO FURIATI - Obrigado. (Sem revisão do orador).

(Reassume a Presidência o Senhor Deputado Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No horário concedido à Liderança do PDS, eu pergunto se pretende fazer uso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Fará uso do horário, o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhores componentes da Mesa, ilustre Presidente, Senhores Deputados.

Estamos ocupando o horário da nossa liderança, da Liderança do meu Partido, do Partido da Revolução, dos homens que apoiaram Paulo Malluf.

Olhamos com interesse dedicado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a explanação do nosso companheiro, Nilso Sguarezi, não para fazermos um reparo, mas apenas para demonstrar a nossa solidariedade ao povo. Não para repararmos um homem do gabarito de nosso Presidente, mas para dizermos ao povo que errar é humano.

Senhor Presidente, Ernesto Geisel, Orlando Geisel, os homens da Revolução fizeram um pacto. Alguém fez um pacto com o diabo, porque quem manipulou do nosso lado, do lado do PDS, foi o ditador Presidente Geisel, pela senha do poder, para ver o seu sobrinho nomeado, Senhor Presidente, filho do eminente General Orlando Geisel. Como justifica a Nova República, quando um homem, filho dos algozes que cassaram Alencar Furtado, foi eleito para um alto cargo no Conselho Nacional de Petróleo, um cargo onde manipula e talvez continue manipulando e nos fazendo, os políticos de boa vontade, como é a boa vontade do nosso Presidente. Como justificamos a manipulação do ditador Ernesto Geisel, um homem que cassou Alencar Furtado, mas com muito mais crime, na

concepção dele, deixou de cassar Ullisses Guimarães.

Talvez esta idéia de derrotar o vanguardeiro da democracia brasileira, que foi e que é Paulo Malluf. O homem que conseguiu fazer com que a democracia, em sua plenitude, começasse a engatinhar no nosso País. Como podemos, Senhor Presidente, esperar de uma mescla de homens com idéias incompatíveis, como pode Tancredo Neves, ser compatível com a idéia de Ernesto Geisel.

Como podemos nós, dentro de uma democracia, desta Nova República, darmos 900 bilhões, que tiramos do sofrido povo lá do Nordeste, para tapar o rombo de um banco que tem a proteção, Senhor Presidente, e que Vossa Excelência, talvez, por não memorizar, esquecer de dizer no seu discurso brilhante. Sulbrasileiro e o continuísmo! Novecentos bilhões de cruzeiros, que poderiam servir às famílias carentes de nosso País onde está a defesa do povo? Onde estão as Bancadas do Governo da Nova República? É uma decepção, porque talvez, emaranhados com os antigos donos da Revolução redentora de nosso País, tivesse como vítima Paulo Malluf, para que ele servisse de bode espiatório de todos os desmandos, da cassação de Alencar Furtado, um homem que não quer nada mais a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Onde está a defesa do Governo Participativo? Onde está meu Líder a nossa participação, até onde chegamos? Como pôde Vossa Excelência, Senhor Presidente, esquecer o desmando no Sulbrasileiro que está para ir ao Congresso, 900 bilhões de cruzeiros. Só isso como dizia Camões - "Já cessa tudo o que a antiga musa canta". "Porque mudou-se o rótulo, mas a bebida é a mesma".

Senhor Presidente, Dornelles, o discípulo de Delfim Neto, Vossa Excelência esqueceu de falar. Vossa Excelência não está vendo que seu Partido os autênticos estão pouco a pouco marginalizados. Esta é a Nova República que Vossa Excelência fala. Tenho a honra de ter sido companheiro de Tancredo Neves, na época de Getúlio Vargas. Tancredo Neves, um homem íntegro, vamos orar por ele. Mas, também, vamos orar por esta Nação, em que seus defensores estão aliados com seus algozes.

Que força moral podem ter os Senhores Deputados do PMDB quando fizeram uma aliança com o Senhor Ernesto Geisel, o ditador germânico de tacão de ferro? E agora, os ônus da vitória estão aí; seu sobrinho, Deputado e Presidente, foi nomeado ontem para Presidente do Conselho Nacional.

Onde está, Senhor Presidente a vossa memória? Por que não ir à tribuna,

Deputado Manfrinato, e dizer que o povo mais uma vez foi iludido. Malluf foi o homem que deu a democracia para o nosso País. Malluf foi o homem que desfraldou a bandeira da democracia e dos interesses americanos; os interesses das multinacionais assim não o quiseram, porque para manipular com Tancredo Neves, o grande brasileiro, o homem que devemos orar por ele e para manipular os homens que têm sede de poder, os homens que estão há 20 anos procurando galgar o poder, os homens Senhor Presidente e eu queria, neste instante, com o devido respeito que, Vossa Excelência da próxima vez falasse no Brasilinvest, falasse no Sulbrasileiro. É uma mensagem espúria que a ombridade dos nossos Parlamentares não há de deixar passar.

Novecentos milhões de cruzeiros servem para acertar os nossos irmãos do nordeste, os nossos homens que passam fome, os bóias-frias, novecentos milhões de cruzeiros do dinheiro tirado da boca dos filhos dos brasileiros que passam necessidade.

É este problema, Deputado Nilso Sguarezi, que pensei que Vossa Excelência no seu tirocínio político, com seus adjetivos de um homem que trabalha para o bem-estar de sua terra, abordasse, para que fizéssemos coro, para que dêssemos alento e sustentação aos Deputados Federais que hão de votar contra.

Então, é isso aí que nós Deputados, já fui do interior, Deputado Manfrinato e venho a esta Tribuna, revoltado.

O Deputado Nilso Sguarezi, um homem formado em retórica, só que talvez tivesse omitido fatos que tivesse talvez esquecido, que Geisel sentenciou o homem paranaense Alencar Furtado a uma cassação expúria e que teve reflexos aqui na Assembléia por intermédio da bancada do PDS.

Então é isto: É a Brasilinvest, Deputado, mudou-se o rótulo, a cachaça é a mesma. Mudou-se talvez o nome dos homens e diria ao Deputado querido Nilso Sguarezi, meu Presidente que eu respeito, volte à tribuna e dê nome aos bois, diga a verdade, para nós, num bloco monolítico ficarmos unidos em defesa da nossa Pátria e de nossa bandeira estremecida.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Gostaria Deputado, de nesta oportunidade fazer duas colocações: 1.º quando Vossa Excelência critica o investimento em cima do Sulbrasileiro, Vossa Excelência deve ter conhecimento que está sendo analisado hoje pelo Congresso Nacional essa decisão. E Vossa Excelência se esquece que existem 27 mil pessoas desempregadas? Vossa Excelência se esquece que este rombo é oriundo do Governo

anterior? Vossa Excelência se esquece ainda Deputado, que as medidas judiciais já foram tomadas, inclusive decretando prisões para os diretores do banco.

O SR.GABRIEL MANOEL - Deputado, Deputado...

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência não me concedeu o aparte?

O SR.GABRIEL MANOEL -- Já concedi mas Vossa Excelência está falando tanta bobagem que eu preciso contra atacar.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Não, Vossa Excelência é que tem medo da verdade.

O SR.GABRIEL MANOEL - Deputado Manfrinato, 27 mil pessoas, me diga quantas pessoas estão passando fome no Nordeste?

O Sr. Dirceu Manfrinato- Estão passando fome desde o Governo de Vossa Excelência, que fizeram do Nordeste apenas um meio de levantarem tamanha corrupção como foi levantada injetando bilhões de cruzeiros e que não trouxe resultado algum no Nordeste. E a Nova República está a todo momento com os olhos voltados ao Nordeste e haverá de trazer as soluções ao futuro.

O SR.GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência está defendendo um grupo corrupto. Eu estranho isto, Senhor Deputado. Vossa Excelência defender um grupo corrupto! Como pode Senhor Deputado. Vossa Excelência com uma mentalidade desta, inteligente, homem íntegro, defender corrupção! Isto não é "republiqueta", é um País.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Para encerrar, dizendo a Vossa Excelência quando ilustrava a figura do Deputado Federal Paulo Malluf, que seria um homem indicado para assumir a Nação. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que tenho, acima de tudo, um certo respeito pelo Deputado Federal Paulo Malluf...

O Sr. Dirceu Manfrinato- Mas, acredito que, se fosse eleito pelo Colégio Eleitoral, ele faria como está fazendo na Câmara dos Deputados: nem lá aparece, vive apenas nas viagens de turismo pelo Exterior.

Muito obrigado, pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR.GABRIEL MANOEL - Nós vimos aqui:

Vossa Excelência também vem e não faz nada. Então, não adianta vir, só a presença de corpo, Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Talvez. Vossa Excelência com seis anos de mandatos, que é possuidor nesta Assembléia Legislativa, talvez saiba muito bem que, se apurar nas chamadas nominais. Vossa Excelência vai ver que, acima de tudo, eu atendo o meu gabinete e a Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Esse é outro problema, Senhor Deputado. Atender indigentes nós atendemos também, Senhor Deputado. Vossa Excelência fala em Paulo Malluf, desculpe-me...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência está endossando aquilo que anteriormente criticou o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que, quando Vossa Excelência ocupava a tribuna, Vossa Excelência endossou realmente isso, agora.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, dê-me a palavra. Vossa Excelência está procurando integrar-me com o meu amigo Osvaldo Alencar Furtado; não tem capacidade para isso.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não é verdade, Senhor Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência, além de tudo, com o respeito, eu sei que Vossa Excelência está intrigando não vai fazer comigo intriga com o Deputado Alencar Furtado, pois ele me conhece como Vossa Excelência também me conhece.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não foi essa a intenção, Senhor Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Deputado, Vossa Excelência peca pela falta de conhecimentos, e pela falta de conhecimento da capacidade de Paulo Malluf. Nós reconhecemos em Tancredo Neves um grande brasileiro. Vossa Excelência embarca numa canoa dos seus adversários de ontem, e nós aqui estamos Senhor Deputado, para dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência procura fazer intriga minha com meu amigo particular Osvaldo Alencar Furtado. Vossa Excelência perde tempo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não foi essa a intenção.

O SR. GABRIEL MANOEL - A intenção foi porque Vossa Excelência fala por Subterfúgios...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu disse que Vossa Excelência criticou recentemente, e Vossa Excelência está agora endossando aquilo que Vossa Excelência criticou no passado, talvez por esquecimento de nossa parte.

O SR. GABRIEL MANOEL - Assegure-me a palavra, Senhor Presidente, porque o homem está eufórico.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A palavra é sua.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Senhor Presidente. Deputado Manfrinato, eu admiro Vossa Excelência. Procurar fazer essa intriga, que eu disse do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Talvez Vossa Excelência diz isso, Deputado, na presença do irmão dele o Deputado Alencar Furtado, e que Vossa Excelência pediu desculpas ainda ao Deputado Alencar Furtado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, manda o homem parar porque não é possível desse jeito.

Senhor Presidente, voltando, se o Deputado Manfrinato dar-me o momento de continuar, e se o Senhor Presidente descontinuar essa ingerência indébita de um Parlamentar onde procura intrigar, fazer uma intriga. É uma barbaridade. Isso aqui, Deputado Manfrinato não é uma Câmara, sem procurar menosprezar, não é uma Câmara de sua terra. Isto aqui é um Parlamento, onde Vossa Excelência, com a sua futilidade, com a sua falta de consideração e de preparo para com os seus colegas...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência é contra os vereadores e as Câmaras do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência é um homem inteligente...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Mas, Deputado, isto tem que ficar no folclore brasileiro porque Vossa Excelência, como dizia Odorico Paraguaçu, Vossa Excelência é uma "Parada". Não é sete de setembro, mas é uma parada.

Então, Senhor Presidente, ilustre Deputado Manfrinato, "Quem não tem competência, não se estabelece". E Vossa Excelência, com a competência que tem, hoje, pela amnésia, talvez pela falta de preparo ou de raciocínio, procura fazer uma intriga entre dois amigos. Mas, vai conseguir. Porque não somos burros. Agora Vossa Excelência hoje ao retornar à sua casa, e ao fazer a sua oração, peça a Deus que o perdoe. Pela falta de oportunidade, Deputado Manfrinato, e pela leviandade de Vossa Excelência neste momento. Porque caberia ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado me corrigir, mas não Vossa Excelência como "Advogado do

"Diabo", a querer fazer intriga.

Tenho uma grande admiração por Vossa Excelência. Só que desta vez Vossa Excelência errou. E "errar é humano e perdoar é divino". Por favor, a sua ingerência é indêbita. Deixe-me completar meu raciocínio. Faça como diz o Odorico Paraguaçu: "O seu puxa-saquismo", mas não para cima de mim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Sguarezi**)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artação Mattos Leão, constante do expediente, solicitando pedido de informações junto ao Departamento de Pessoal deste Poder Legislativo, contendo a relação de funcionários contratados em regime de CLT, cargos, salários e suas respectivas lotações, no período compreendido entre os dias 02 de janeiro à 31 de março do corrente ano, pela Administração Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná- Ao Senhor 1.º Secretário, para as providências.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria das Senhoras Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 262/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DIVINA MISERICÓRDIA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 265/84, de autoria do Deputado ERONDY

SILVÉRIO, que declara de utilidade pública o "LAR O BOM CAMINHO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 123/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o adiamento por 3 (três) sessões, de sua autoria e constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 178/84 por três sessões.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 277/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE", com sede e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (**Publicado no D.A. n.º 107, de 18.10.84**).

DISCUSSÃO ÚNICA- de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado FUAD NACLI, solicitando 15 (quinze) dias para tratamento de saúde a partir de 08 do corrente mês. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Sguarezi**)- Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Corina Ruela de Pol Gusso, ocorrido no dia 7 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Enes Barbosa, ocorrido no dia 3 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do

expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição do empresário cascavelense Dimer Webber para a Governadoria do Distrito 473 do Rotary Internacional Club gestão 1986/1987. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o córrego bandeirantes do Sul, na estrada Bandeirantes, Distrito de Água Boa, Município de Paçandu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na rede de água existente no Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um módulo policial na Vila Guaíra, Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de móveis e utensílios para a Inspetoria localizada no Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Município de Missal. **Em discussão. Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, eu solicito que termine a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e irá proceder a leitura do requerimento.
(E procedida a leitura do requerimento).
Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da

Educação e Governador do Estado, encarecendo a transformação da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, para Universidade Estadual de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a formação de uma comissão de sindicância para apurar os acontecimentos ocorridos com a distribuição de larvas contaminadas pelas empresas Kanebo Silk do Brasil S.A., a Bratac S.A., no Município de Nova Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao 1.º Encontro da União de Mulheres de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República em exercício e Ministro da Agricultura, encarecendo que na proposta de alternativas para a retomada brasileira de crescimento agrícola, sejam incluídos dois pesos e duas medidas no que se refere ao recolhimento do Imposto Territorial Rural dos proprietários de áreas agricultáveis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República em exercício, para que o mesmo determine ao Ministério da Educação, a concretização de uma proposta de educação sexual através da Escola Brasileira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Assuntos Comunitários, encarecendo a construção de um Centro Social Urbano no Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a regulamentação da promoção dos agentes de segurança pública por méritos, vazada em critérios objetivos e

concretos. **Em discussão.**

O SR. IVAN GUBERT (**Pela Ordem**)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Sguarezi**) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo reformulações na Legislação Penal vigente no País, bem como no Código de Execuções Penais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um módulo policial nas adjacências das Vilas Guilhermina, Kwasinski, Jardim Paraná, Vila Gusso e Conjunto Gralha Azul, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, com voto de congratulações pelo seu Jubileu de Prata. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo uma listagem completa dos funcionários lotados no Gabinete daquela Pasta, bem como as funções exercidas e os salários percebidos individualmente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Comunicação Social, encarecendo informações sobre despesas com programas de televisão, nos termos da Constituição e do Regime Interno. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela ordem**)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Sguarezi**)- Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de expediente à Coordenadoria da Receita do Estado, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações quanto aos imóveis de funcionários daquela Secretaria, locados à referida coordenadoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre tarifas de energia elétrica cobradas pela COPEL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações se está ocorrendo a propalada retenção dos depósitos em caderneta de poupança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a transformação do pedido de informações ao Senhor Chefe da Casa Civil, quanto aos gastos efetuados no exercício de 1984, por aquela Secretaria, em requisição de documentos e complementação de informações junto ao Tribunal de Contas do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme comprova atestado médico em anexo, a partir de 8 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 123/84.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 277/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^o 289/84 e 22/85.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.^{os} 229/84 e 02/85.

Levanta-se a sessão.